



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - MEDIDAS PREVENTIVAS DIANTE DE CATÁSTROFES CLIMÁTICAS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0600/11	DATA: 25/05/2011
INÍCIO: 14h42min	TÉRMINO: 17h12min	DURAÇÃO: 02h29min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h29min	PÁGINAS: 53	QUARTOS: 30

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
--

HUMBERTO VIANA – Secretário Nacional de Defesa Civil.
--

SUMÁRIO: Propostas acerca de medidas preventivas com relação às catástrofes climáticas.
--

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. Há oradores não identificados em breves intervenções.
--



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Declaro aberta a reunião da Comissão Especial — Medidas Preventivas Diante de Catástrofes Climáticas.

Boa tarde aos colegas Parlamentares, aos assessores e aos demais presente.

Em conversa com o Relator, acertamos uma inversão de pauta: iniciaremos pela audiência pública. Depois da audiência pública, continuaremos a pauta da sessão de hoje.

Há alguns requerimentos para serem votados e, inclusive, alguns informes sobre a viagem ao Estado do Rio de Janeiro.

Convido para compor a Mesa o amigo e já parceiro desta Comissão Humberto Viana, Secretário Nacional de Defesa Civil. *(Pausa.)*

Secretário Humberto, de certa forma, já tivemos oportunidade de nos encontrar em muitos momentos. Acho muito bom que a Comissão tenha no senhor um parceiro, como estamos tendo também no Ministro da Integração Nacional. Temos a responsabilidade de traçar políticas de prevenção de catástrofes e de desastres para o nosso País. Algo que antes só víamos em outros países, vemos agora muito próximo de nós. Vivenciamos dia a dia as catástrofes e os desastres ambientais.

Esta Comissão tem discutido, em suas reuniões, nas andanças que tem feito e nas conversas entre seus integrantes, a necessidade de o Brasil ter um marco regulatório sobre proteção civil, marco que pode ser um Código de Proteção Civil ou um Estatuto da Proteção Civil. A forma mais adequada, depois, vamos definir. E não dá para fazermos aqui este debate sem ouvir a Secretaria Nacional de Defesa Civil, órgão que lida com essa situação no dia a dia.

Então, vamos passar a palavra ao senhor, a fim de que faça uma exposição sobre como o Ministério está vendo a defesa civil no Brasil. Lamentavelmente, ainda não foi possível fazer a mudança do nome da Secretaria Nacional de Defesa Civil para Secretaria Nacional de Proteção Civil. Inclusive, o senhor pode explicar essa diferença em sua explanação.

Nós já estamos nos movimentando. A Assessoria da Casa já está cuidando disso, para que esta Comissão, assinada por mim, pelo Relator e por todos os



Deputados que a compõem, seja autora dessa mudança: de Secretaria Nacional de Defesa Civil para Secretaria Nacional de Proteção Civil. Essa não será uma proposta minha nem do Relator, mas de toda a Comissão.

Com a palavra o convidado de hoje, Dr. Humberto Viana, Secretário Nacional de Defesa Civil.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Pela ordem, Sra. Presidenta, até para o coronel, antes de ir embora, nos dar uma posição.

Já falei com o Deputado Glauber Braga sobre o convite para o lançamento do Plano Estadual de Combate à Seca, que o Governo de Minas vai fazer nos dias 31 e 02.

Vou colocar na agenda que, no dia 31, o coronel não poderá ir. Talvez possamos adiar para o dia 2 e já fazer o convite, enquanto ele faz a sua explanação, à sua assessoria. De repente, ao sair daqui, ele pode ir conosco. Então, ele já vai consultando na sua agenda para o dia 2.

Vamos a Montes Claros pela manhã e voltamos no mesmo dia 2 a Brasília, para o lançamento. Vimos chuvas, vimos catástrofes, e nada melhor do que observarmos o que se está fazendo com relação à seca. Então, pedimos à sua assessoria que analise a possibilidade e, quem sabe?, ao final, já tenhamos uma resposta e todos possamos ir a Montes Claros, em Minas Gerais, ver o Plano Estadual de Combate à Seca.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Antes de o Secretário sair, combinaremos essa agenda.

Informo à Comissão que o Estado de Minas vai lançar o Plano Estadual de Combate à Seca. O evento terá duração de 2 dias. É ideia desta Comissão articular um avião da FAB, e, com a presença do Ministro e do Secretário, acompanharmos o lançamento do Plano em um desses 2 dias. Inclusive, dá para irmos e voltarmos no mesmo dia, se conseguirmos fazer essa articulação com a FAB.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Combinado.

Com a palavra o nosso Secretário.

O SR. HUMBERTO VIANA - Boa a tarde a todas e a todos.



Cumprimento a Presidenta da Comissão, Deputado Perpétua Almeida; o nosso Relator, Deputado Glauber Braga, na pessoa de quem cumprimento todos os Deputados presentes, as senhoras e os senhores.

Primeiro, acho importante que os senhores tenham o sentimento de quem faz defesa civil. Certamente, há uma distância entre quem opera defesa civil e quem sente pela defesa civil: a população, as pessoas que são atingidas ou não, familiares. Esse é um tipo de sentimento.

Aproveito para sublinhar que nós operamos defesa civil há muito tempo. Pessoalmente, já tive oportunidade de ser Secretário-Executivo da Defesa Civil no Estado de Pernambuco, o que me ensinou muito. Foi uma oportunidade de aprender naquele momento; fui Comandante do Corpo de Bombeiros, que lida diretamente com ações de defesa civil; fui Secretário de alguns Municípios na área de defesa civil. Então, nós vamos aprendendo. Nunca temos o sentimento preciso de quem está na ponta operando, está vendo o sofrimento, está prestando socorro. Sempre achamos que tem alguma coisa que não aparece.

Diante desse primeiro cenário, eu digo aos senhores que, para nós, é uma oportunidade estarmos aqui, para quem opera a defesa civil, para quem viveu isso.

Eu estive na região serrana com o Deputado Glauber e lhes confesso, apesar de já ter uma vivência nesse meio, que é preciso ser forte para enfrentar o que vimos lá. Às vezes, nos sentimos um pouco impotentes. Mas é preciso também sublinhar que, por mais esforços que façamos: Defesa Civil, Governos Federal, Estadual e Municipal, efetivamente não vamos escapar das alterações da natureza. Isso vai continuar acontecendo.

Portanto, a primeira impressão que sinto necessidade de passar para as senhoras e para os senhores é que vão continuar acontecendo desastres, e nós temos de nos preparar melhor.

A história da defesa civil no mundo vem da Segunda Guerra Mundial. Mais precisamente na Inglaterra, percebeu-se que havia toda uma estrutura montada para os exércitos enfrentarem a guerra, mas não havia estrutura montada para defender a população. Os exércitos estavam preparados, aquartelados, alimentados, abrigados, mas a população civil não.



Esse é um dado que já afere a palavra inicial da Deputada Perpétua Almeida, que devemos substituir o nome de Defesa Civil por Proteção Civil. Isso, na verdade, é um alinhamento com a plataforma internacional, plataforma global de procedimentos para situações de desastre.

Houve uma primeira reunião sobre essa plataforma, em 2005, no Japão, e houve outra, na semana retrasada, inclusive com a participação dos membros desta Comissão, em Genebra, onde se tratou dessa plataforma de procedimentos.

O que é essa plataforma? São procedimentos, condutas e trabalhos, que serão desenvolvidos pelas Defesas Civas no mundo, sobre determinados tipos de acidentes, desastres naturais ou não.

Só para que os senhores tenham uma ideia, qual é a plataforma global que vai instituir os procedimentos para se enfrentar uma enxurrada? Que se tenha capacidade de fazer uma predição que vamos ter uma quantidade de chuva num determinado local, em tal hora, e que ali tem população de risco. A plataforma é para definir os procedimentos, como vamos atuar. Isso é uma parte importantíssima do problema.

Tenho uma sequência aqui para seguir, mas acho que vamos abordando todos os tópicos na conversa. Minha oportunidade de estar aqui com os senhores serve para fixar algumas imagens. Não imagens de acidentes, mas palavras que estamos focando como ponto principal do sistema nacional. Depois eu passarei rapidamente o que preparei. Falarei de uma forma muito ampla, que vai abordar os tópicos que estão ali.

Nós estamos desenvolvendo hoje um Centro Nacional de Prevenção a Desastres, no Ministério da Integração, dentro da Secretaria Nacional de Defesa Civil. Esse Centro, na verdade, já existe há algum tempo. Qual é o papel principal de um centro desse num país como o Brasil? Seria a ter a capacidade de fazer predição de qualquer evento da natureza que fosse causar transtornos às populações. Esses centros existem no mundo. Eu já visitei alguns.

Comuniquei à nossa Presidenta que não pude ir a Genebra em razão do que ocorria em Alagoas no mesmo dia. Ao invés de ir diretamente discutir uma plataforma de procedimentos de defesa civil no mundo, achamos mais importante



ficar no País acompanhando o que ocorria no Nordeste, na semana retrasada. Mas mandamos um representante nosso.

Agora, já no início do próximo mês, vamos fazer um estudo comparativo com o que existe na Austrália. Em algumas áreas da Austrália, o clima, a geografia têm semelhança com o Brasil. Eles têm uma boa experiência nisso. Nós combinamos, vamos fazer um estudo lá de 5 dias úteis, para observar todo esse trabalho.

Do dia 10 ao dia 16, em Sydney, vamos fazer um trabalho em um dos Centros Internacionais de Prevenção a Desastres.

O que nós entendemos ser importante ressaltar aqui para os senhores é que fizemos um diagnóstico da situação da Defesa Civil Nacional em janeiro. Nesse diagnóstico, observamos pontos que, creio, são muito importantes para esta Comissão. Primeiro, houve um enfraquecimento do Sistema de Defesa Civil Nacional, Estadual e Municipal.

(Segue-se exibição de imagens.)

Nesse primeiro item, encontramos o enfraquecimento do Sistema de Defesa Civil Nacional, Estadual e Municipal.

A primeira pergunta é: o que é enfraquecimento? O que significa enfraquecer a Defesa Civil? Na verdade, ao longo dos últimos 20 anos, houve uma ausência no debate sobre o tema defesa civil do próprio sistema. Quando se ausenta, dá-se espaço para que outros atores possam legislar, discutir o tema sem estar dentro da área.

Então, começaram a surgir algumas alterações de legislação, começou a surgir tomada de espaço da Defesa Civil por outros segmentos, e isso foi rebatendo para Estados e Municípios. Encontramos um sistema, como um todo, muito enfraquecido para poder reagir ao que compete à Defesa Civil.

O que está no escopo legal? O que é competência da Defesa Civil? Tem uma legislação, tem regimento, tem lei prevista em nossa Constituição. Aí, começamos a sentir que o enfraquecimento existia.

O segundo aspecto foi o distanciamento. Não dá para fazer defesa civil no mundo sem a aproximação dos entes federativos. Se o Município, o Estado e a União não falarem a mesma linguagem, não vão construir muito. Não vou construir um centro nacional — como estamos construindo hoje aqui em Brasília — se não



puder me comunicar de uma forma segura com a autoridade do Município, com a autoridade do Município, com a autoridade do Estado, com as Defesas Cíveis, para que possamos ter uma comunicação mais direta. Esse distanciamento aconteceu também, Deputado Glauber Braga, em razão da modificação da lei.

O que acontecia antes? Para um Município poder captar recursos do orçamento na área da Defesa Civil, ele tem que decretar Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública. Antes, como funcionava?

Existe outro aspecto importantíssimo sobre o qual os senhores devam se debruçar. Precisamos criar mecanismos para que os Municípios tenham uma estrutura mínima de Defesa Civil, e não, Deputado, como ocorre em boa parte: choveu, não há Defesa Civil instituída, faz-se um decreto, cria-se a Defesa Civil Municipal e se decreta Situação de Emergência. Passou aquela fase, não existe mais a Defesa Civil, e também o decreto tem tempo de validade.

Então, na legislação tínhamos o seguinte critério. O Prefeito decretava Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública. É preciso saber qual é o conceito de Situação de Emergência, o que a caracteriza. Então, vou me ater à parte técnica, desculpem-me.

O que caracteriza Situação de Emergência? São indícios de que a população será privada de alguns serviços essenciais, indícios. Aí está caracterizado, o Prefeito tem argumento. Ele já está sabendo que vai ter problema com energia, vai ter problema com água, vai ter problema com as escolas. Ele tem indício e decreta Situação de Emergência. O que caracteriza o Estado de Calamidade? Ele não tem mais indícios, ele já não tem os serviços. Os serviços foram cortados porque não há condição.

Então, baseado nisso ele decretava a Situação de Emergência ou Estado de Calamidade. E aí o Estado recebia a Defesa Civil do Estado para fazer a homologação. Isso caiu em dezembro. O Município passou a fazer o envio direto para a Defesa Civil Nacional, que tinha o papel de reconhecer.

Quando reconhecemos, nos baseamos em quê? Nos documentos que o Prefeito mandou, o decreto assinado por ele, a comissão que ele tem constituída e o que está afetado na população. Em cima daquilo, nós avalizamos e reconhecemos, que é o que tenho feito desde janeiro no Ministério.



Gera imediatamente alguns benefícios, como os fundos sociais, a liberação de fundos do INSS, FGTS, fora os recursos que a autoridade municipal entenda que deva pedir.

Muito bem. Isso começou a acontecer agora direto do Município para nós. Está amparado legalmente. O que ocorre? O Estado perdeu seu papel de observar isso e também de homologar. Hoje, há muitas dificuldades, porque estamos precisando sair de Brasília para fazer a verificação, se de fato existe uma Situação de Emergência ou não. E aqui e acolá há casos que não caracterizam Situação de Emergência.

São situações que, num primeiro momento, o conceito de Defesa Civil, a doutrina diz o seguinte: a ação inicial de Defesa Civil cabe ao Município. Quando o Município esgota seus meios de trabalhar, que são limitados — sabemos hoje das dificuldades —, ele pede socorro ao Estado. O Estado vai dando suporte até o seu limite, e depois ele recorre à União. Está indo direto para a União, e isso, de fato, quebrou um pouco uma cadeia de controle sobre custo, sobre gasto, sobre apoio. Esse controle é importante para nós, porque às vezes queremos atender o Município, o Estado, e naquela hora de emergência não há quem justifique, Deputado, que vamos ter que esperar 1, 2 dias para mandar a cesta básica. Você tem que mandar a cesta básica. Se estão pedindo, é porque estão precisando.

Às vezes acreditamos, e quando chegamos lá há problemas. Isso para nós é muito complicado, porque temos que prestar conta de tudo o que liberamos. Aí faço um apelo para os senhores, se os senhores compreenderem assim, para que haja uma divisão de responsabilidades. Qual é a responsabilidade dos Municípios, dos Estados e do Governo Federal?

Diante daquele diagnóstico que percebemos de enfraquecimento do sistema nos três níveis e do distanciamento que houve, quais são as medidas a serem adotadas? Reaproximação da União, Estados e Municípios. Isso está acontecendo. Fizemos um seminário internacional, no mês passado, no qual tivemos um público de 1.200 pessoas/dia. Fiquei muito feliz. Quer dizer, o tema Defesa Civil, Deputado, voltou para a agenda. O tema Defesa Civil está sendo debatido diariamente. Isso é importante para nós que estamos fazendo defesa civil, porque às vezes também



ficamos angustiados de tentar querer mudar, melhorar, ajustar, modernizar, e muitas vezes não temos capacidade para isso.

Começamos um debate, como estamos fazendo aqui com os senhores e no Brasil inteiro. Estive no Rio de Janeiro na quinta-feira, sexta-feira e segunda-feira e fui para um Município chamado Itaperuna. Andei 5 horas e meia de carro para discutir Defesa Civil com ele. E a situação lá é muito grave. No outro dia fui para a Universidade Federal Fluminense, em que a comunidade científica estava debatendo o tema Defesa Civil. Isso para nós é uma oportunidade. Mesmo que tenhamos muitos erros e muitas críticas, mas é uma oportunidade de dizermos: olha, essa agenda precisa ser tratada e todos têm responsabilidade. Não vai dar para fazer proteção civil no Brasil pensando que só o Estado terá condição, o Município ou a União. Todos precisamos compreender que isso é permanente, pois não se faz Defesa Civil, isso é um pouco cultural no País, só nas horas de emergência. Houve a emergência, o assunto vem, há disponibilização de recursos, atende-se e depois volta ao normal. A melhor hora de a Defesa Civil atuar é quando não há problema, é a fase preventiva. É a melhor hora de atuar.

Se você sabe que o Município “a” ou “b” é recorrente em algum tipo de catástrofe... Por exemplo, sabemos que vai acontecer no período de inverno, no Município tal, chuva, precipitação, como agora está ocorrendo no Nordeste, pois está saindo um pouco da Região Sudeste, estive pelo Sul, mas agora está subindo para o Nordeste. Se sabemos que há um Município que quando chega o período de maio ou junho terá problema, não devemos esperar que aconteça. Temos de fazer a obra preventiva e estruturadora. O que é uma obra preventiva e estruturadora? É não esperar para pedir apoio para socorrer emergência, que é cesta básica, colchão, cobertor. Isso se repete há muitos anos. Se somarmos o que foi aplicado ao longo dos 20 anos em verbas de assistência e socorro, daria para termos feito muitas obras estruturadoras no sentido que as populações não fossem mais atingidas.

Então, a ótica tem que ser invertida. Esse é um problema cultural. É mais fácil o repasse da emergência do que o repasse para a prevenção. A prevenção exige um projeto, exige inscrição no SICONV, tem que rever tudo aquilo, é trabalhoso. Mas acho que todos os senhores sabem disso, porque trabalham com isso sempre.



Nós somos muito carentes em bons projetos, muito carentes. Todos os dias recebo muitos Prefeitos, Deputados, Senadores e Governadores. Todos os dias eles aparecem lá. Hoje, pela manhã, do Estado de Alagoas foram seis Prefeitos e dois Senadores. À tarde tinha mais, mas pedi licença, e há outras pessoas os recebendo.

Então, é preciso que convençamos essas pessoas que não dá para ficarmos liberando orçamento para uma emergência só. É a cultura. Prefeito precisa de socorro. A Defesa Civil Nacional — ainda estou chamando assim, Presidenta, mas vou mudar, vai ser Proteção Civil —, a Proteção Civil Nacional está trabalhando com um projeto em comum acordo com a Fundação Getúlio Vargas para que a gente forme técnicos nos Municípios. Mas sabe o que ocorre, Deputado? É preciso enfrentar isso. Estou falando aqui como um técnico, como um operador de Defesa Civil. Vamos lá, formamos o técnico e o preparamos para elaborar um projeto. Quando troca o Prefeito, esse rapaz some e você está de novo no zero. Então, para isso — e é outro assunto que está lá na frente, vamos passar muito rápido para não tomar tempo —, precisamos criar a carreira da Defesa Civil.

A Receita Federal tem técnicos, o Banco do Brasil também. Por que Defesa Civil não tem técnico? Sabe o que acontece? A cada mandato, a cada período você perde toda a memória, começa muitas vezes do zero, com raríssimas exceções — as capitais e as grandes cidades mantêm —, mas temos 5.560 Municípios.

Os senhores sabem quantos Municípios não que têm a Defesa Civil instituída, mas que têm um cadastro, que se comunicaram com a Defesa Civil Nacional para tentar ter uma relação? Não chega a mil. Então, é preciso que lutemos muito para que haja a compreensão de que o Município tem que se preparar para enfrentar isso. A ação inicial está lá na ponta, mas temos que dar estrutura.

Dentro da estrutura estamos também buscando, não é uma coisa concluída, uma linha de financiamento para que estructuremos pelo menos as cem maiores áreas recorrentes do País. É onde morre mais gente, são 100 a 150 áreas. Aí haveria uma linha de financiamento, e daríamos um quite básico e um curso para fazer projeto, a fim de alinhar a linguagem da Defesa Civil Nacional com a do Estado, principalmente naquela plataforma que disse lá atrás. Não adianta eu ter um centro aqui de alta qualidade e que eu possa acionar daqui e dizer: Prefeito, estou emitindo um alerta para o senhor, isso vai acontecer até o final do ano. Digo: vai



acontecer e vamos estar preparados. Deus permita que não aconteça, mas vai ser assim. Vou monitorar com os equipamentos do Governo Federal, dos Governos Estaduais e de alguns Municípios. Eles vão remeter para o meu centro dados climatológicos, dados meteorológicos, dados de radares, dados de satélite. Ali vai haver uma equipe de técnicos entre geólogos, meteorologistas e outros técnicos que vão fazer a análise de risco e me darão a posição.

Secretário, o Município “x”, no Estado tal, temos uma predição aqui — isso é modelo matemático, isso não é uma coisa que vá gerar lá na ponta um alerta que não tenhamos segurança. Isso é um modelo matemático, rodado em alguns dos supercomputadores do MCD. Ele é quem vai absorver. Há um modelo matemático e de lá ele dará uma posição sobre furacão, chuva, enchente, elevação. Estamos comprando esses instrumentos. Queremos deixar isso pronto para outubro e novembro.

Os técnicos observam e emitem um alerta para eu colocar o selo. Na hora que isso acontecer, eu vou ligar para o Prefeito. Naturalmente, vou comunicar ao Ministro. Dependendo da gravidade, isso pode ir à Presidência. Sabemos o que vai acontecer. Aí, dizemos ao Prefeito: na comunidade tal, no seu Município, vai cair de 2 horas a 6 horas... Esse é o tempo com o qual trabalhamos. Há pessoas que falam de 24 horas de predição, mas não é por aí; não dá para fazer predição de evento climático com 24 horas. Podemos ter uma previsão, mas dizer que vai cair são de 2 horas a 6 horas. Agora, já vimos acompanhando há 24 horas, vamos nos preparar. Então, vai acontecer. O senhor tem que tomar a seguinte providência. O senhor tem uma população de risco. Todos esses dados estão sendo levantados. O senhor tem uma população de risco de 2 mil pessoas, o senhor precisa evacuar. Então, é uma parte do problema. E agora? O Prefeito pode? Ele está preparado, tem estrutura, tem equipe? Ele vai ter que ter nas cem maiores áreas de risco. São as que, como disse, há mais óbito. Ele vai ter que estar preparado, porque na hora em que dissermos isso — ele sabe que se estamos afirmando aquilo —, ele retira o pessoal de lá. E aí vamos fazer a segunda parte, que começa neste final de semana.

Estamos fazendo três simulados, Deputado, porque estamos indo para o Nordeste. Estamos fazendo na Bahia, em Pernambuco e em Alagoas. Isso, inclusive, com a participação da Agência Espacial Brasileira. Ela vai mandar uma



imagem para mim. Nós vamos gerar um alerta aqui. É um simulado de desastre. Para que esse simulado? Para criar uma nova cultura. Que cultura? Cultura de prevenção. Vamos preparar a população. Vai ter problema, vocês têm que estar preparados.

Então, esse simulado vai acontecer simultaneamente nas três capitais e a Agência Espacial vai nos mandar a imagem, vamos simular uma situação. O nosso Centro é quem vai alertar. E, aí, vamos ver como a população, que foi treinada num período de 15 dias, reage numa evacuação.

Imagine a senhora que evacuar dez pessoas é complicado. Imagine evacuar mil pessoas? É muito complicado. É preciso treinar. Tem que haver um pouquinho de cultura. É preciso romper a cultura nossa.

Olha, o melhor indicador de que vai haver problema na sua área de risco é o cidadão que está lá. Ele sabe. Ele sabe quando começa a chover, aquela chuvinha vai dar problema. Tem que usar esse pessoal, puxar para os NUCDECs — os Núcleos Comunitários de Defesa Civil, que existem em muitos lugares, treinar aquelas lideranças, para que elas colaborem com a Defesa Civil e nós atinjam o que é mais importante: evitar a morte das pessoas.

Eu estou falando aqui com muita franqueza, Sr. Presidente, Sr. Relator. Eu não teria como enfrentar novamente mil mortes no Brasil. Não teria! Temos que nos preparar para enfrentar aquilo. Temos que mudar tudo! Eu estou botando aqui, com muita tranquilidade, a minha cabeça a prêmio. Eu não tenho como responder a mil mortes de novo. Nós temos que fazer alguma coisa.

Agora, os senhores se ponham um pouco no lugar de quem está lá, operando. Eu sou técnico, e às vezes nós temos limites também. E, para melhorar essas limitações, o papel da Comissão, o papel dos Deputados é fundamental. Qual é a linguagem que nós precisamos ter para tratar a Defesa Civil no País? Não posso ficar aqui repetindo isso e, para o ano, ter que repetir de novo, e nós efetivamente não termos resultado. Isso é perigoso.

Enfrentamento de resistência. É isso que eu acabei de dizer. Nós vamos ter muita resistência para alcançar algumas mudanças na legislação, no orçamento, no comportamento das pessoas, na responsabilidade do Município e do Estado nisso. É muito fácil, na hora, dizer: *“Eu avisei que ia ter.”* E agora?



Da inversão da lógica eu já falei. Ou mudamos essa lógica, ou vamos ficar todos os anos voltando aqui, explicando, tentando reunir, tentando criar comissão, sem dar uma solução definitiva para o problema. Temos que trabalhar, sim, com prevenção, e isso depende de nós tomarmos a decisão de investir, de ter orçamento para a prevenção.

E aí vem o problema de que eu falei agora há pouco. Está bem, você vai ter orçamento. Você tem projeto? É outro problema. Nós temos que preparar todo o mundo para fazer projeto. Temos que capacitar um técnico ou dois para fazer projeto.

Nós realizamos a I Conferência Nacional de Defesa Civil no ano passado e de lá foram encaminhadas várias propostas. E estou aqui reafirmando — porque é possível que alguns dos senhores tenha participado da Conferência ou lido o seu documento final — e assumindo o compromisso de resgatar as principais metas da Conferência, porque ela envolveu todos os Estados brasileiros: mais de 1.500 Municípios fizeram pré-conferências, para haver uma conferência em Brasília. Então, esse é um documento que tem que ser resgatado e estava um pouquinho esquecido.

Há a proposta de um novo marco legal, com consulta aos Estados e Municípios, para a questão da proteção civil.

Nós fizemos um grande acerto com todas as Defesas Civas do País, com todos os Corpos de Bombeiros e com todas as Defesas Civas Municipais constituídas. Nós não queríamos fazer sugestões a partir da Defesa Civil, sem consultar Estados e Municípios, porque eles é que vão sofrer na ponta, se nós entendermos uma forma de fazer defesa civil sem consultá-los. Portanto, deixo aqui uma sugestão: ouçam Estados e Município. Eles estão na ponta. Às vezes estar aqui é diferente.

Eu voltei para cá há 5 meses. Desses 5 meses, eu passei dois em Brasília. Nos outros 3 meses, fui a todos os Estados — eu já passei em 23 Estados — e a 71 Municípios. Na última reunião eram 69 Municípios, todos atingidos por catástrofes.

Então, é preciso compreender que, diante desse universo, ficar só aqui, em Brasília, achando, é muito pouco. Nós temos que abrir, temos que ouvir um pouquinho essas pessoas, para que possamos estabelecer uma linguagem nacional.



Há diferenças? Há resistência? Há. Vai haver Município que vai entender diferente de nós. E é bom que haja divergência. Senão, ficaria um ritmo só. É bom que haja contrapontos das sugestões.

Criação da carreira de Defesa Civil. Peço aos senhores com muita franqueza. Eu acho até que, na frente — me permitam a clareza —, quem tem que ser Secretário de Defesa Civil é um técnico de lá, de carreira. Eu sou técnico, mas não sou da carreira de lá. Eu vim do Estado. Tem que haver um técnico preparado para fazer defesa civil.

Então, se os senhores puderem dar uma atenção a isso, os senhores vão fazer um bem muito grande ao País. Precisamos ter, sim, a carreira de Técnico de Defesa Civil, e aí se estudarão os níveis, como fazer isso.

Também já falamos, e eu disse aos senhores que na minha introdução eu certamente abordaria tópicos.

Definir de forma clara as responsabilidades de cada um nesse processo. Não é mais hora de procurar culpados; é hora de encontrar soluções. Agora, cada um precisa ser responsável pelo seu papel. Eu não posso ficar procurando ver por que morreu lá e o Estado não foi. O Estado tem que responder isso.

A nossa Constituição de 1988 trouxe pela primeira vez a discussão sobre... Está me fugindo o tema. Que regula a ocupação de solo. Há algum urbanista aqui?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. HUMBERTO VIANA - Não, não é o Estatuto, Deputado...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. HUMBERTO VIANA - Plano Diretor!

Em 1988, foi a primeira vez que falamos na Constituição em plano diretor, e ele atinge cidades com população acima de 20 mil habitantes.

Se os senhores forem procurar — e isto não é uma crítica, mas uma realidade; é só para nós embasarmos o que vamos trabalhar —, quem tem plano diretor sendo cumprido, nos 5.600 Município no País? Será que o problema é só do Município? Será que o problema é só do Estado? Será que o problema é só da União? Não! É do cidadão também.

Mas aí há outras políticas que não lhe deram condições de ter moradia. Perfeito! Mas é preciso que as pessoas sejam responsáveis por ocuparem também



o solo! Nós sabemos as dificuldades dos Municípios e dos Estados sob a ótica da fiscalização. Têm dificuldade para fiscalizar a ponta. Eu tenho inúmeras. Mas é preciso dividir um pouquinho a responsabilidade. O cidadão tem a sua parte nisso, quando ele obstrui a galeria, quando ele joga o lixo em local inadequado, quando ele tira o revestimento da vegetação natural da encosta, quando ele planta uma árvore que absorve água e infiltra.

É muito difícil, num País como o nosso, tão grande, você ir lá e fiscalizar ponto a ponto. Nós não vamos fazer isso. Agora, é preciso que comecemos a desenvolver uma cultura de prevenção, que eu acho que está aí na ponta também, na escola. No Japão há muito treinamento simulado. Eu não sei se os senhores lembram o número de óbitos no último terremoto. Alguém se lembra desse número? Até para me ajudar mesmo. Você lembra?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. HUMBERTO VIANA - Não, foi menos. Agora foi menos.

Eu não vou dizer o número errado, para não ser ingênuo, mas eu sei o seguinte: pelo cálculo — isso eu recebi traduzido — do sistema de defesa civil do Japão, se não houvesse o treinamento que eles têm, teria havido pelo menos seis vezes mais mortes.

E o que é feito no Japão? A escola para, com o objetivo de fazer um treinamento. Esse menino, na hora em que para lá, vê alguns técnicos da escola que fazem o simulado com ele, e quando vai para casa — eu vivi isso um pouco —, vai conversar com o pai e a mãe dele e conta que o dia dele na escola foi para fazer defesa civil.

Assim você começa a mudar a cultura, porque pega esse jovem que está ali, muito verde, ainda, mas com a mente muito aberta para receber as novas informações, e você vai mudando uma cultura muito reativa para uma cultura preventiva.

E aí eu vou colocar para os senhores outro aspecto que se está começando a ser discutido e é muito polêmico, mas é bom que saibamos. A melhor forma é o debate. Vejam bem, muita gente diz que a disciplina do simulado, do treinamento que o japonês faz é a grande arma deles. Talvez os senhores tenham percebido nas



imagens que eles ficavam parados em alguns lugares e, às vezes, imóveis. No terremoto, há imagens em que eles ficam parados. Aquilo ali é treinamento.

Depois, quando a água invadiu várias residências, você ficava vendo as pessoas na porta das casas, esperando que o agente de defesa civil passasse para autorizá-las a fazer qualquer coisa.

Como é aqui, no Brasil? E não se impressionem, porque não é crítica; é um dado que está surgindo na discussão científica sobre procedimentos. O brasileiro não vai ficar esperando o agente de defesa civil para dizer, por exemplo: "*Limpe sua casa*". Quantas imagens nós temos, em pós-desastres, de pessoas limpando as casas, varrendo, com água, indo buscar água?

Aí vem a discussão: qual é o melhor, o imobilismo e a disciplina do japonês, ou a ousadia do brasileiro de buscar soluções? "*Liga uma luz aqui que vai salvar uma vida.*" Ele vai, põe a mão no fio, liga. Às vezes, morre. Mas isso é um tema sobre o qual eu também não tenho nenhuma profundidade nem *expertise*. Apenas está surgindo o debate: a questão da disciplina, de cumprir procedimentos, ou a iniciativa, que é muito natural do brasileiro? Ele tem muita iniciativa. Às vezes ele erra, mas às vezes ele acerta e salva vidas. Nós temos visto muita gente se jogar em canal e tirar a mãe, o bebê. Vai esperar o bombeiro chegar? Eu, por formação, não tenho como, não consigo; vou tentar fazer alguma coisa.

Implementação da Plataforma Brasileira para Redução de Riscos de Desastres. A senhora foi a Genebra e viu como se discute isso. Nós estamos pegando a plataforma global, adaptando-a a uma plataforma brasileira, para...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Já têm um desenho?

O SR. HUMBERTO VIANA - Temos um bom desenho, já.

Nós estamos trabalhando assim: eu pretendo, por mês, lançar um produto de defesa civil. Nós lançamos o seminário, estamos lançando amanhã, sexta-feira, o simulado, e está previsto o lançamento da nossa plataforma, se não me falha a memória, para julho ou agosto. É um trabalho muito longo. Eu tenho que mapear muita coisa. Mas em julho ou agosto nós vamos estar com a plataforma brasileira pronta para levar para os Estados.



Então, essa implementação é uma coisa fundamental. Ela está casada com a reforma, com a modernização que eu estou fazendo aqui em Brasília. Se eu preparar aqui e não preparar lá, vai parar. E nós estamos trabalhando com isso.

Bom, acabamos de falar da inclusão do tema defesa civil nos ensinos médio e fundamental. Faço um apelo aos senhores para que pensem um pouco nisso. É importante parar a escola duas horas e dar noções de defesa civil para esses meninos. É, talvez, o salto de qualidade que nós vamos ter no Brasil. Começa lá na educação. Portanto, eu pediria aos senhores para fazer isso.

Descentralização da Defesa Civil Nacional. Está em estudo. Nós vamos ter dificuldades. É cara. Mas não dá para eu ficar enxergando o Sul aqui de Brasília. Eu tenho que ter um núcleo da Defesa Civil Nacional lá, conversando com os Estados e Municípios, o dia inteiro, o ano todo. Para quê? Para que eu possa efetivamente ter segurança acerca da informação, porque as informações que chegam... Esta é uma boa oportunidade para dar uma explicação aos senhores. Quando nós divulgamos números de desabrigados, de óbitos, de atingidos, de alimentação cedida, há um tempo entre a hora em que recebemos aquela informação da fonte municipal ou estadual e a hora em que a imprensa divulga. Às vezes dá para mais, às vezes dá para menos. E a imprensa normalmente está lá, no local. A Defesa Civil Nacional está aqui, captando os dados.

Numa grande catástrofe, como foi a da região serrana, nas primeiras 24 horas, não cobrem dados de Prefeito nem de Governador. O pânico é muito. Em 24 horas não dá para dimensionar nada, não dá para enxergar nada, e, às vezes, nós somos cobrados: mas quantas pessoas morreram? Quanto vocês mandaram de alimentos? Quantas casas caíram? Não dá! Isso é depois! A primeira coisa que se tem que fazer diante de uma catástrofe é cuidar de salvar a vida das pessoas que estão ali. Esta é a primeira tarefa de qualquer membro que faz defesa civil no mundo. Ele tem que cuidar de tirar as pessoas da possibilidade de morrer.

Para isso nós estamos tentando descentralizar.

O Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos de Desastres é esse de que eu acabei de falar para os senhores. Se quiserem visitar hoje, no Ministério há um centro, mas ele não está preparado para o enfrentamento com predição e com análise de riscos. Nós não temos os computadores nem o modelo numérico. Dois



modelos numéricos são rodados no mundo. Hoje o Brasil já tem isso, mas nós precisamos ter os elementos, as informações para que o algoritmo rode e dê uma predição para nós.

Já disse que estamos procurando criar uma linha de financiamento para estruturar, pelo menos, as 100 maiores áreas de risco no País. Naturalmente, vai-se envolver o Município e o Estado que porventura se situarem nessas áreas, os quais receberão um *kit* mínimo.

O *kit* mínimo seria uma caminhonete com tração nas quatro rodas, um GPS, um celular e um computador. Esses equipamentos são fundamentais.

O problema é que, às vezes, entregamos esse material ao Município, mas após um mês não mais se encontra o carro, o celular ou a sede. Essa é a responsabilidade de que falei, pois isso custa muito.

Outro aspecto é o fortalecimento das comissões municipais de defesa civil. Deve haver defesa civil municipal no País. Não dá para ficar esperando o Estado ou a União resolverem. Mas a nossa cultura ainda é a de se esperar o Estado. Os Municípios têm dificuldades, certamente faltam recursos — todos sabemos disso —, mas o fato é que estamos tratando com vidas, e vida não tem preço, ou há salvamento ou há morte. Portanto, vamos privilegiar isso.

Quanto ao voluntariado, devo dizer que o Brasil é um dos países mais reconhecidos no mundo quanto a esses serviços. Temos até dificuldade, nos amplos cenários de desastres que ocorrem no País, para fazer a logística do voluntariado, tanto em equipamentos como em recursos humanos.

O Brasil é reconhecido no mundo pelas ações de voluntários. Quantas vezes já vimos familiares, companheiros, amigos que moram perto das localidades onde ocorreu o desastre retirarem dinheiro do bolso para comprar mantimentos. Eu já vi isso muitas vezes.

Talvez porque eu viva mais dentro dos cenários do que os senhores, certamente, tive mais oportunidade de testemunhar tais ações. Alguns doam recursos que, por vezes, não lhes sobram. Mas a pessoa vai lá e compra um saco de 1 quilo de açúcar ou de feijão e doa.

Então, esse tema precisa ser tratado pelos senhores, pois há uma imensa massa de voluntários no País que precisa ser melhor aproveitada.



Em alguns países voluntariado não significa serviço gratuito. O voluntário é cadastrado, treinado e, quando da convocação, é recompensado.

Não vamos ter a ilusão de que as pessoas vão querer ficar trabalhando por dois ou três dias sem qualquer contrapartida. Há um valor nesse sentimento de ajudar o próximo — disso eu sei —, mas não podemos esperar que isso ocorra o tempo todo. É preciso, portanto, compensar o trabalho do voluntário, a exemplo do que acontece na Espanha, onde o voluntário é convocado para uma situação emergência, por meio de um chamamento oficial, por meio do qual se requer um pagamento. Não sei se é diária ou percentual do salário, mas sei que funciona.

Portanto, quando partirmos para profissionalizar o voluntariado — inobstante possa parecer um paradoxo —, vamos ter uma estrutura melhor no Município.

É preciso, portanto, tratar o voluntário com profissionalismo. Quantos grupos de voluntariado estão surgindo no Brasil? Vou dar um exemplo — e eu já contei essa história, mas acho que o Deputado estava em Itaperuna. Na semana retrasada chegou uma solicitação de agenda com o Ministro com algumas palavras escritas em inglês — mundo, paz e corpo, traduzidas para o português. Perdoem-me, pois meu inglês é muito ruim. E o nome da pessoa que representava a entidade solicitante também não era de um brasileiro. O gabinete pediu-me que examinasse a solicitação antes de o Ministro dizer se atendia ou não. Eu falei que não conhecia a referida instituição e nem a pessoa que a representava. Eu não vou citar o nome, por questão de respeito, mas havia a designação de “Comandante”. Pelo nome e pelo título em inglês, eu pensei que fosse uma instituição de algum outro país fixada em São Paulo. E aí eu falei com o Ministro, mostrei a ele o documento, e S.Exa. decidiu, apesar de não ter maiores informações, recebê-la. Quando há essas agendas, eu subo antes, fico esperando com a pessoa até o Ministro entrar. O que ocorreu? Apareceu uma jovem, voluntária, de aproximadamente 25 anos, com uma farda que eu nunca tinha visto — e não estou fazendo crítica, mas elogiando —, apresentando-se como “Comandante”.

E notei que havia um sentimento muito grande. Ela era formada em educação física, comandava um grupo de voluntários nessa ONG e queria trabalhar.



Há milhares de exemplos como esse no Brasil. Bombeiros voluntários eu vi em todos os desastres em que trabalhei no País. Chego lá e sempre os vejo. Se somarmos, o contingente é maior do que o dos bombeiros oficiais.

Portanto, acho que vale a pena nos debruçarmos sobre o tema para ver como conseguimos contemplar esse serviço voluntário, para que possamos trabalhar.

Quanto ao simulado, como já citei, são esses que vamos fazer agora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Dr. Humberto, a propósito desse tema, gostaria que V.Sa. informasse o local e a hora em que serão realizados os simulados, até para que os Parlamentares de cada Estado possam participar.

O SR. HUMBERTO VIANA - Nós fizemos uma preparação há cerca de 40 dias para realizarmos simulações nas regiões onde desastres deverão ocorrer nos próximos dias — refiro-me a chuvas, alagamentos, enchentes, deslizamento de barreiras, enxurradas.

Portanto, como a tendência é a de que ocorram no Nordeste, quais são os principais focos naquela Região? Alagoas e Pernambuco, em razão do histórico do ano passado. Em Pernambuco houve quase 80 mortes; um pouco menos em Alagoas. Este ano os episódios foram recorrentes, no mesmo ponto, em Pernambuco e em Alagoas, com óbitos e destruição.

Além desses Estados, também na Bahia, em Salvador, haverá simulados. E qual é o objetivo? Preparar a população para o inverno que está chegando. Porque o pico do inverno em Pernambuco e em Alagoas é em junho e em julho. Em maio ainda há chuva, tal como está ocorrendo agora. Em Alagoas, ontem, choveu muito, e continua chovendo hoje. Há muitos desabrigados e, portanto, estamos liberando hoje 5 mil cestas básicas. E isso não é à toa. Não são 5 mil porque eu entenda que devam ser 5 mil. Isto é um cálculo que contempla dados relativos aos desabrigados e às pessoas desalojadas. Estima-se a média de 5 pessoas por família e, a partir daí, chega-se ao número final. É uma média universal sempre utilizada.

Portanto, estamos mandando essa ajuda porque o Estado de Alagoas está precisando.

Então, vamos fazer um simulado lá em plena situação de emergência, porque onze Municípios decretaram situação de emergência no Estado de Alagoas.



Então, faremos esses simulados para, pelo menos, alertar as populações desses Estados para que elas se preparem. E como serão preparadas? Será emitido um sinal de alerta, haverá sirenes, os Prefeitos irão colaborar indicando o local de abrigo. Além disso, estarão envolvidos a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e a Guarda Municipal. O alerta será emitido a partir de Brasília e vamos ter imagens da Agência Espacial Brasileira, em tempo real, do local onde será realizado o simulado.

Portanto, esse é um exercício que servirá de alerta, para que o pessoal fique atento porque vamos entrar em período de muita chuva no Nordeste. É bom preparar a população nos locais onde há recorrência. E todos sabem quais são esses locais em cada Estado. Às vezes ocorre uma surpresa e a catástrofe ocorre em lugar inédito. Existe isso também. Mas os dados históricos nos permitem apontar, facilmente, onde estão as cem áreas de maior risco no Brasil.

Então, vamos ter esses simulados no próximo final de semana, sexta-feira e sábado, nos três Estados, sob a coordenação da Secretaria Nacional, mas com o apoio das Defesas Civas dos Estados e Municípios envolvidos.

Assegurar parcerias com as entidades nacionais e internacionais que estudam fenômenos climáticos para a redução de riscos e gerenciamento de desastres é outra coisa que temos feito com frequência. Realizamos um excelente seminário em março último, quando trouxemos representantes de nove países que têm *expertise* e demonstraram como agem. Vamos assimilar o que pode ser adaptado e usado no Brasil.

Como anunciei, vou visitar a Austrália no próximo dia 10, exatamente para conhecer o modelo daquele país. Não fui a Genebra, onde é a plataforma, em razão dos problemas em Alagoas. Resolvemos ficar naquele Estado. E acho que não irei. Se continuarem os problemas, alguém irá no meu lugar, pois temos que acompanhar de perto os trabalhos.

Sei que tomei muito tempo, mas eu queria dizer, Sra. Presidenta, que temos muita confiança no trabalho de V.Exa. e dos Parlamentares envolvidos, que certamente podem contribuir muito para que possamos encontrar um caminho mais seguro para fazermos a defesa civil. As pessoas que trabalham na defesa civil dos Municípios, dos Estados e da União têm esperança de que vamos reencontrar um



caminho para desenvolver seu trabalho. O que desejamos é só isso: condições para trabalhar, pois o resto sabemos fazer.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Obrigada, Dr. Humberto Viana, pela exposição.

Temos alguns Parlamentares inscritos. Vamos passar a palavra a todos, lembrando que ainda temos um requerimento a ser votado.

Depois, vamos ouvir mais uma vez o nosso Secretário.

Estão inscritos os Deputados Adrian, Marcelo e Ademir Camilo.

Indago se o Relator pretende fazer logo seus questionamentos ou se deseja ouvir antes a manifestação dos colegas. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Tomarei a liberdade de ouvir, antes, os colegas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Então, concedo a palavra o Deputado Adrian.

O SR. DEPUTADO ADRIAN - Boa tarde, Sra. Presidenta Perpétua Almeida; Relator, Deputado Glauber Braga; Primeiro Vice-Presidente, Deputado Onofre Santo Agostini; Coronel Humberto Viana; Sras. e Srs. Parlamentares e demais presentes a esta reunião.

Ouvi atentamente a explanação do Coronel Humberto Viana, da qual destaco algumas informações dadas, sobre as quais eu iria falar e que vêm ao encontro de minhas ideias.

Preocupa-me, realmente, quando há uma catástrofe, esse distanciamento entre União, Estados e Municípios. Venho sempre falando que, enquanto não houver afinção nesse relacionamento entre União, Estados, Municípios e a sociedade — que também deve participar ativamente —, vamos ter problemas, sem dúvida.

Mas também me preocupa a falta de condições de nossas defesas civis em todo o País, assim também a falta de condições financeiras para adotarmos essas medidas preventivas. E também, em caso de desastres, preocupa-me não termos um pronto atendimento mais eficaz.

Para isso estou preparando um requerimento, Relator, no sentido de criarmos um fundo emergencial e de prevenção para as catástrofes.



Ocorre o seguinte — e o senhor, mais do que ninguém, morador de Nova Friburgo, sabe do que estou falando —: após a visita da Comissão, eu continuei naquela cidade e fiz outras visitas, acompanhado de alguns membros do corpo de bombeiros e do suplente de Vereador, Chico Barros — que o senhor também conhece. Eles me levaram a mais alguns lugares e lá constatei que estão na mesma situação do dia em que ocorreu o fato. Ou seja, nada aconteceu, nada fizeram de melhoramento, por falta de condições.

Mas muitas coisas poderiam deixar de acontecer se estivéssemos trabalhando ao longo do tempo, em alguns lugares, com obras de contenção de encostas, enfim, com obras de prevenção. Mas sabemos também que, para isso, há necessidade de verbas específicas, o que não temos. Infelizmente, em nosso País, esperamos a catástrofe e a tragédia acontecerem para, daí, tomarmos alguma providência. Esta Comissão, por exemplo, foi criada após a tragédia na serra, no Rio de Janeiro.

Então, proponho a criação desse fundo, para que seja gerado mensalmente um valor pelo Governo Federal, Estadual e Municipal em união, para que haja esse pronto atendimento em caso de tragédias, mas também que nossas defesas civis tenham condições de executar obras de prevenção.

Cito o exemplo do Município de Bom Jardim, vizinho de Nova Friburgo, que continua sem a ponte, com um buraco imenso no meio da estrada no local onde havia ponte. O Exército colocou uma outra ponte do outro lado. Quer dizer, não ocorreu o que todos esperavam.

Existem fatores que nós só vamos conseguir se houver apoio econômico. Para isso, precisamos realmente voltar aqui à reaproximação entre União, Estados e Municípios.

Também quanto ao treinamento nesses Municípios, estamos cansados de ouvir falar que, no Município de Petrópolis, houve desabamento. Anos e anos, a mesma coisa, os mesmos Municípios são reincidentes nas tragédias, Municípios esses em que poderiam ser treinadas pessoas, para que momentos como esse tivessem uma ação rápida. Também está dentro da sua ideia.



Então, parablenzo o Cel. Humberto Viana pelo seu trabalho. Quero dizer que esta Comissão foi criada exatamente para apoiar, estar junto e evitar essas tragédias que têm acontecido com o nosso País.

Muito obrigado.

O SR. HUMBERTO VIANA - Obrigado, Deputado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Deputado Adrian.

Marcelo Matos com a palavra.

O SR. DEPUTADO MARCELO MATOS - Boa tarde a todos; boa tarde, Presidenta; boa tarde, Secretário.

Recebi, Presidenta, e venho trazer a esta Comissão, o relato de um morador de Teresópolis. Ele se identifica pelo nome de Ari Haddad, um empresário bem sucedido de 52 anos. Como nós todos, ele está muito preocupado com o que diz aqui ser *“uma segunda tragédia dentro da mesma catástrofe”*. Foi enviado recurso e ele diz, segundo relato e através de fotos que quero deixar aqui nas mãos desta Comissão, que nada está sendo feito.

Vou ler alguns trechos aqui:

“Uma segunda tragédia dentro da mesma catástrofe. Só que desta vez, fomentada pela ineficiência do Estado.

Os rios não estão sendo dragados, o entulho não está sendo retirado, pouquíssimas máquinas e equipamentos estão em campo e o gerenciamento praticamente inexistente.(...)

Definitivamente a população não tem como executar os projetos de engenharia fluvial, urbanismo e ambiental necessários, embora todos saibamos que existem muitas entidades públicas e privadas capazes.(...)”

E ele me passa alguns outros que quero deixar aqui, nas suas mãos, Glauber. Há inclusive as fotos em que ele mostra o acontecido. Hoje está do mesmo jeito, há locais que até estão esquecidos.



Então, eu gostaria de dizer que, no evento que houve na Suíça, nós, em reunião com países de língua portuguesa, dissemos que cobramos que fosse feita alguma coisa de imediato, alguma coisa de prevenção, porque aconteceram fatos... Em Angra, por exemplo, havia locais que não eram de risco; em Teresópolis, Petrópolis, eu estive visitando o Vale do Cuiabá, que era uma região em que, até então, não se esperava, era uma córrego.

Então, existem locais em que temos de fazer, sim, a prevenção; existem outros em que temos que preparar a população, conforme disse aqui a Deputado Adrian, porque, se a população estiver preparada, com certeza nós vamos evitar muitas mortes. Podemos até não conseguir evitar a catástrofe, mas as mortes, sim.

Há lá o Subsecretário de Defesa Civil, e, no dia do acontecimento, eles estavam de mãos atadas porque não tinham sequer um equipamento que ali pudesse fazer o resgate das pessoas.

Então, é isto o que nós queremos: a preparação e alguma coisa que seja feita de imediato, para que esses Municípios estejam preparados para que, na hora em que acontecer... Hoje estão sendo preparados alguns outros Estados, mas eu tenho certeza de que, no ano que vem, Glauber, você, que é lá da região, vai estar muito preocupado quando for chegando o fim do ano, com o início das chuvas, porque a cidade praticamente está do mesmo jeito que e estava no dia em que isso aconteceu.

Então, eu quero aqui, Glauber, deixar esse relato nas mãos desta Comissão, para que possamos... Eu acredito que nós vamos fazer um belíssimo trabalho com a criação do próprio fundo, que foi também questionado durante o evento na Suíça. Além do mais, peço que tomemos providências urgentemente, Deputada Perpétua.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Deputado Marcelo.

Com a palavra o Deputado Ademir Camilo.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Sra. Presidenta, eu queria cumprimentar o Vice-Presidente desta Comissão e o Deputado Relator.

Nós ficamos com uma incumbência um pouco maior, para fazer um trabalho, um estudo do que tramita em relação ao orçamento para a Defesa Civil.



Não sei se o senhor tem conhecimento, Coronel, da evolução de 2003 a 2010. Em 2003, por exemplo, nós não tínhamos 500 mil de orçamento nem para prevenção nem para resposta. E, ao longo do tempo — aí queria passar o dado de 2010 —, ao final, foram gastos menos de 500 mil em prevenção e 3 milhões em resposta. Três milhões em resposta, seis vezes mais em 2010.

O mais curioso, Deputado Glauber, é que a proposta orçamentária do Governo é muito pequena. Em 2010, por exemplo, foram só 41 milhões para prevenção e 100 mil para resposta. Obviamente, as medidas provisórias, os créditos fizeram com que essa resposta fosse seis vezes maior do que para execução.

Então, Coronel, a nossa indagação... Obviamente, eu tenho a convicção de que o senhor não pode me responder pelo atrasado, porque não era de sua competência. Mas, a partir do princípio de que tenha esse conhecimento, a minha única pergunta é: o que está se pensando, o que a Secretaria Nacional está entabulando para sensibilizar — e aí, obviamente, o Ministro — o Governo, que precisa deixar algo já materializado no Orçamento para prevenção?

Se for partir do princípio de que não há quase nada e esperar medidas provisórias, créditos e assim por diante, vai ficar à mercê de votações para preparar um trabalho de prevenção para os Municípios e, enfim, até para os Estados agirem.

Ainda discutia com o nosso consultor. O Ministério das Cidades faz uma consulta, uma chamada pública para as obras ou para habitação, então, ele tem um sítio no qual cadastra essas propostas. Estamos pensando em propor à Comissão, em discutir na Comissão que o Ministério da Integração tenha também essa oportunidade — e aí fazer um grande estudo sobre obras preventivas, no intuito de, além de ter recursos, familiarizar e educar as pessoas a pensarem em prevenção. Então, aquele muro de arrimo, cada vez em que o Prefeito e a sociedade civil organizada estiverem pensando nele, daqui uns dias fazem o muro. Isso até sensibiliza o Parlamentar a colocar suas emendas para que essas ações possam acontecer.

Então, a nossa indagação é: o que a Secretaria já está pensando sobre isso?

Não sei também, Sra. Presidenta, se a senhora recebeu, mas o Coronel deve ter recebido... Eu recebi do Governo do Distrito Federal a comunicação de que a Defesa Civil foi transformada em uma secretaria nos mesmos moldes. Então, ela foi



transformada em secretaria de Estado, o Distrito Federal criou a Secretaria de Estado da Defesa Civil. Eu recebi essa comunicação.

Por fim, depois desse convite que fizemos ao Coronel, quero já também passar o convite para fazermos a nossa audiência no Estado de Minas Gerais.

Muito obrigado. Queria só cumprimentar, mais uma vez, o Cel. Humberto, porque tem demonstrado — e nós temos acompanhado o trabalho da Secretaria ao longo dos anos e agora também —, com muita competência, a sua preocupação. É talvez aquilo que já seja o início de uma prática do Governo Dilma. Tem dinheiro, tem recurso. Não tem dinheiro, não se cria nem expectativa.

Quero cumprimentar o Sr. Coronel por essa e outras iniciativas de trabalho da Secretaria, assim como todos os servidores que ali realizam um trabalho importante para este País.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Obrigada, nobre Parlamentar Ademir Camilo.

Com a palavra Dr. Aluizio.

O SR. DEPUTADO DR. ALUIZIO - Boa tarde, Presidenta Perpétua, Deputado Glauber, Deputado Onofre, Coronel.

Todos nós hoje temos um conhecimento que passa a ser categórico: as tragédias climáticas serão cotidianas em nossas vidas. Isso advém de todas as alterações por que o mundo vem passando, e V.Sa. conhece bem.

É fundamental que a Defesa Civil e o Código de Proteção Nacional Civil sejam uma política de Estado. É fundamental também que existam pessoas preparadas que tenham de fato *expertise* e conhecimento. Nós vivemos em uma sociedade ainda rica em sugestões, em palpites, em “achismos”. Um assunto tão grave e crítico como esse deve ser conduzido com alguma evidência e base científica.

A Defesa Civil é a ponta, é a quem a sociedade recorre. A expectativa da população quando sofre um desastre, um acidente é de recorrer à Defesa Civil. É sobre ela que a sociedade coloca seus olhos.

É fundamental que, dentro de uma política de Estado, cada área de risco neste País seja dimensionada. Uma vez dimensionada, que receba a atenção e os



recursos necessários para que não fique, por exemplo, com uma Defesa Civil de uma cidade fantástica, extremamente importante como Itaperuna, no noroeste do Estado do Rio de Janeiro, igual a Nova Friburgo ou a Petrópolis. Que isso parta de um raciocínio muito lógico, muito claro, em que as evidências científicas sejam norteadoras.

A grande preocupação de todos nós é com a preservação da vida humana. É no momento em que a tragédia acontece que essas vidas são ceifadas, perdidas.

Nossa Comissão tem o compromisso fundamental de tentar preparar esse protocolo para que possamos apresentá-lo.

O Deputado Glauber já está sem dormir, porque, em janeiro do ano que vem, a próxima chuva que chegar a Nova Friburgo, mais uma vez, vai pelo menos levantar o sentimento da catástrofe ocorrida.

Parabenizo o senhor e digo que eu, como membro suplente desta Comissão, tenho uma expectativa só: que seja feita de fato uma política de Estado neste País que não trate as tragédias como acidentes. Que estejamos preparados e dimensionados para que, na hora em que tudo acontecer, não esperemos somente a ajuda divina.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Dr. Aluizio.

Com a palavra o Deputado Valtenir Pereira e depois o nosso Relator, para encerrar as perguntas.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sra. Presidenta, Deputada Perpétua Almeida, Relator, Deputado Glauber, Primeiro Vice-Presidente, Deputado Onofre, Coronel Humberto, Secretário Nacional de Defesa Civil, nobres pares.

Participo desta audiência pública não como membro. Vim aqui pela importância do assunto. Entendo ser extremamente importante debater numa Comissão Especial específica para tratar desse assunto tão importante.

Falou-se sobre prevenção, porque os desastres naturais e as catástrofes muitas vezes ficam além do nosso controle. Mas obras de prevenção ajudarão muito a prevenir esses desastres.



Quero já lançar mão de uma proposta importante: que todas aqueles emendas, rubricas que colocarmos como obra de prevenção a desastres não sejam objeto de contingenciamento. Isso é de fundamental importância.

Temos trabalhado com o intuito de ajudar o Estado de Mato Grosso por meio de obras de prevenção de desastres e percebemos que, se tivesse havido ali investimentos importantes em prevenção, muitos desastres teriam sido evitados, evidentemente com a ressalva daquelas catástrofes que realmente ficam fora do controle humano e que, mesmo com obra de prevenção, não seriam evitadas. Mas sabemos que muitos acidentes naturais que acabam ocorrendo é porque não houve investimentos em obras de prevenção.

Por isso lançamos mão e deixamos registrada nesta Comissão Especial a importância de não contingenciar toda e qualquer rubrica. Seja emenda parlamentar, seja até mesmo um plano de meta da Secretaria Nacional de Defesa Civil no intuito de fazer prevenção, que não seja contingenciado.

Isso é estratégico para o País e extremamente importante. Tenho certeza de que, com esses investimentos, salvaremos muitas vidas dos nossos irmãos Brasil afora.

Antes de finalizar, quero agradecer ao Ministério da Integração, através do Ministro Fernando Bezerra, e ao Coronel Humberto Viana.

No meu Estado de Mato Grosso, mais de sete cidades, em fevereiro e março deste ano, foram atingidas por chuvas de grande dimensão. Nessa catástrofe, várias pessoas ficaram desabrigadas, e o Ministério da Integração se apresentou imediatamente para apoiar as ações do Governo do Estado, dos Prefeitos municipais. Foi de fundamental importância a presença do Governo Federal, por intermédio do Ministro Fernando Bezerra, e do Secretário Nacional de Defesa Civil, Cel Humberto.

Quero deixar os registros de agradecimento do povo mato-grossense por aquele apoio quando mais precisávamos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, nosso amigo Valtenir, que visita a Comissão.

Antes do nosso Relator, o nosso Vice também quer falar.



Deputado Stepan, depois o nosso Primeiro Vice-Presidente.

O SR. DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN - Serei breve, Sra. Presidenta, Sr. Relator e companheiros.

Quero pedir desculpas aos que estiveram nesse último evento, pois eu tive um problema de ordem pessoal que me impediu de acompanhá-los. Não estive presente, mas já tive notícia de que foi bem proveitoso.

Coronel Humberto, em um tom um pouco de ironia, mas até por revolta, eu havia feito uma sugestão de que as emissoras de televisão do Brasil, a imprensa parassem de gastar dinheiro todos os anos enviando repórteres, mobilizando toda uma rede de informação, de satélite para noticiar as tragédias ambientais no Brasil. Eu acho isso um absurdo. Peguem o que já foi gravado há 10 anos e só mudem a data, porque é a mesma coisa. Inclusive as entrevistas são as mesmas, o nível social das vítimas não modifica em nada, apesar de o País já ter saído da miséria, por incrível que pareça. É até uma estatística que o Governo poderia usar no combate à miséria. Em vez de mandar o IBGE para ver quem está na miséria, é só ver onde choveu, quem está ali, pois estão sempre as mesmas pessoas.

Esse espírito de ironia e até de revolta por não ver nenhuma modificação concreta e real me leva a dizer o seguinte: com todo nosso estudo, considero a Defesa Civil como uma coordenação dos socorros, mas não é da Defesa Civil que podem vir, num momento desse, todas as soluções.

Quando se fala num fundo, concordo que se possa ter um fundo para a Defesa Civil, mas é preciso que haja uma prevenção em todos os Ministérios. Como sabemos, todos estão envolvidos e passam pelo mesmo problema.

O Ministério da Saúde tem que ter um dinheiro que não pode ser usado para absolutamente nada, que seja de uso exclusivo, uma reserva para tragédia ambiental. O Ministério da Educação precisa, numa emergência, ter essa reserva.

Além disso, tem uma coisa fundamental a ser dita: no Brasil se fala muito que o crime ou as coisas acontecem porque aqui não há punição. Nas tragédias que envolvem perdas de vidas humanas, perdas materiais, econômicas, no final da história, não se conhece o julgamento de responsabilidade. É Deus e acabou. É Deus lá de cima que manda chuva, mas, depois que ela cai, a responsabilidade é nossa. Essas tragédias acontecem, e nós não temos notícias — eu não tenho, se



alguém tiver pode até me esclarecer — de que com o Estatuto das Cidades, com os planos diretores, inclusive que preveem punição, prisão e perda de mandato para Prefeito, Presidente de Câmara de Vereadores e Vereadores que não cumprirem grande parte do que está previsto e do que é preciso fazer no Estatuto da Cidade... E vemos a mesma história, são os mesmos Prefeitos, são os mesmos partidos políticos lamentando as suas tragédias, etc. E se você parar para dizer “vamos sentar e vamos ver quem foi responsável, qual foi a responsabilidade de cada um?”... Eu estou falando porque tem que ser responsabilizado o cidadão. Nós estamos vendo isso agora. Todo dia se tem notícias de mães sendo presas porque abandonam as crianças em casa para ir ao baile *funk*. É preciso saber qual é a responsabilidade, o que foi feito. O que ocasionou? A rede de esgoto? A falta de saneamento? O que acontece quando se perdem vidas? O sistema de saúde nosso não funciona com sol, com céu de brigadeiro, vai funcionar em emergência?

Então, essas questões que fazem parte da prevenção desses problemas têm que ser analisadas, para que a Defesa Civil possa ter um retrato de com o que ela pode contar. Eu acho que tem que haver uma inversão dessa história. O problema não é os Municípios, os Estados e a União saberem com o que eles podem contar da Defesa Civil. A Defesa Civil, eu considero, além da prática, um verdadeiro serviço de inteligência, de preparação, de socorro, de orientação.

Então a Defesa Civil precisa saber com o que ela pode contar em cada lugar num momento de tragédia e com quem ela pode contar. E aí entra o voluntariado. Eu concordo absolutamente com V.Exa. em relação ao chamado cadastramento profissional ou semiprofissional, vamos dizer, do voluntário. O voluntariado da tragédia, Glauber sabe disso, a pessoa não vai lá 24 horas, meia hora, e vai embora. Não! Aquilo demanda 1 mês, 2 meses.

Eu posso dizer ao senhor que na semana passada — imaginem — do Retiro dos Artistas, que eu presido, me ligaram pedindo para ir buscar três toneladas de roupa que estão apodrecendo dentro do galpão que foram recolhidos na Barra da Tijuca e Jacarepaguá por uma porção de voluntários, jovens e empresários, e a roupa está apodrecendo porque acabou o problema dos desabrigados. Acabou porque a imprensa foi embora. Acabou porque a *TV Globo* e a *Record* não estão lá o dia inteiro. Não interessa mais às autoridades ficarem lá fantasiados de botinha e



capa de chuva, falando que estavam com problema. Está ali o retrato nu e cru. E não se consegue sequer um sistema de distribuição.

Eu acho — e é uma opinião quase que leiga em relação à Defesa Civil, mas é o que eu vejo — que nós precisamos realmente é de fazer todo um esforço para que nós tenhamos mais do que uma Secretaria, na minha opinião, a Coordenadoria da Defesa Civil no Brasil, com autoridade nesses instantes sobre diversos Ministérios e sobre diversas autoridades. A autoridade maior na hora da tragédia deveria ser a Defesa Civil, e não o palpiteiro de plantão que aparece dando ordem a bombeiro, dando ordem em gente da Defesa Civil.

Desculpe, mas esse é um tema que nos deixa realmente angustiado — não vou nem dizer revoltado —, com a repetição das mesmas coisas.

Espero que eu possa ter contribuído de alguma maneira para o debate.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Deputado Stepan, muito obrigada.

Acho que o próprio Secretário pode discutir depois e dar uma destinação para essa questão das doações, até porque nós sabemos que há muita gente que depende de uma roupa dessas que pode estar lá estragando.

Com a palavra o nosso Vice-Presidente, o Deputado Onofre.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Quero cumprimentar todos.

Eu gostaria de fazer uma proposta. Depois que o Coronel Humberto falou, eu entendi a necessidade de se criar as Defesas Cíveis Municipais. Acho que isso é fundamental. Eu vou fazer uma sugestão à Comissão: que no relatório a ser apresentado a quem de direito, se ao Governo ou ao Ministério, que o Governo estude uma possibilidade de mandar uma lei para obrigar a se criar Defesas Cíveis Municipais nos Municípios até 20 mil habitantes. Eu acho que é válida a colocação, porque a criação das Defesas Cíveis Municipais, na minha opinião, seria a grande saída para resolvermos em parte tudo o que disse o nosso ilustre Deputado e que foi colocado aqui. O problema está lá na base. Se nós resolvermos o problema da base, nós resolveremos o problema do meio e do fim.



E, infelizmente, os Municípios não gostam de emendas parlamentares que coloquem dotação orçamentária especificamente na Defesa Civil. Os Municípios não gostam. Podem ter certeza de que os Municípios não gostam da verba específica, eles querem a verba com que possam... Isso é lógico, é do ser humano. O cidadão quer fazer obra que apareça, e não obra que fique lá morta. Portanto, eu acho que esta Comissão tem um papel fundamental.

Eu acho que o coronel esclareceu muito bem e eu entendi que a grande saída está nas Defesas Cíveis Municipais. No meu Estado, em Santa Catarina, foi criada também a Secretaria de Defesa Civil. Mas não adianta só criar a estrutura e não dar condições.

(Não identificado) - Deputado Onofre, me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não.

(Não identificado) - E a Assembleia Legislativa criou uma Comissão Permanente.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Isso. Então eu acho que a própria Comissão poderá ser muito útil no relatório que vai apresentar a quem de direito. Sugerir uma lei ou outra ferramenta que obrigue os Municípios a terem uma Defesa Civil. Nós temos um grande exemplo, o nosso Estado, está aí o ex-Governador, meu amigo e Deputado Esperidião Amin, que foi também Senador, que nós temos, quem sabe, o melhor corpo de bombeiros voluntários comunitários do Brasil. Acho que está em Santa Catarina o trabalho comunitário e voluntário que o bombeiro faz lá. Lá a Polícia Militar é separada do Corpo de Bombeiros, e a Polícia do Corpo de Bombeiros instruiu, ela mesma mesclou que o civil ajudasse no serviço comunitário, no serviço voluntário. Então faz um trabalho extraordinário.

Eu acho que a Defesa Civil poderá, sim, nos Municípios, fazer esse grande trabalho, que será, sem dúvida, a solução nesses conflitos que existem, não tenha dúvida.

Então quero agradecer ao Coronel, porque ele despertou, eu entendi bem, porque ele frisou a importância da Defesa Civil Municipal. Isso é fundamental, porque o problema está lá no Município, não está no Brasil. Para resolver o problema do Brasil, nós temos que resolver o problema que está lá no Município.



Por isso, eu sugiro à Comissão que, ao apresentar o relatório ao Governo ou a quem de direito, inclua isso: uma lei ou outra coisa que obrigue o Município a criar a sua Defesa Civil.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada ao nosso Vice-Presidente. Inclusive essa sua sugestão pode entrar na nossa proposta de Código de Proteção Civil.

Com a palavra o nosso Relator e depois vamos passar ao nosso Secretário Nacional.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Presidenta, eu vou ser bem objetivo. Quero me dirigir a V.Exa., ao nosso Vice-Presidente, o Deputado Onofre, e ao Secretário Nacional de Defesa Civil, o Coronel Humberto.

Em primeiro lugar, quero agradecer a todos os Parlamentares que tiveram a oportunidade de fazer a visita técnica às áreas atingidas no Rio de Janeiro. Um agradecimento à nossa Presidenta e a todos que tiveram a oportunidade de estar lá conosco.

A primeira pergunta que eu gostaria de fazer, Dr. Humberto, é sobre as lacunas que a Secretaria Nacional de Defesa Civil já observa em relação à legislação. Boa parte delas o senhor já pontuou na apresentação, mas, se tiver alguma lacuna em específico que o senhor gostaria de pontuar para contribuir com uma formação do Código Nacional de Proteção Civil, gostaria que o senhor falasse.

Uma segunda pergunta é em relação à divisão de responsabilidade. Na apresentação do senhor ficou colocado de uma forma clara que nós precisamos de ter uma definição mais clara das responsabilidades dos entes da Federação — Governo Federal, Estados e Municípios. A pergunta é: hoje, no Sistema Nacional de Defesa Civil, o que já cabe à União, o que já cabe aos Governos Estaduais e o que cabe aos Municípios. E nessas mudanças, como a defesa das responsabilidades que os Municípios, os Estados e o Governo Federal precisam ter, o senhor já nos daria também algumas indicações? Quais responsabilidades o senhor considera que esses entes devem assumir?

Eu vou dar aqui o exemplo dos mapas de risco. Há uma discussão grande nos Municípios que sofreram uma situação de calamidade ou estado de emergência. De quem é a responsabilidade pela confecção desses mapas? Seria das Prefeituras,



das coordenações locais de Defesa Civil? Até que ponto entraria o Estado, o Governo Federal? Gostaria que senhor pudesse pontuar nesse sentido.

Uma outra pergunta que eu gostaria de fazer para o senhor é em relação ao percentual mínimo orçamentário. Está ganhando corpo a ideia de que esta Comissão estabeleça, através do relatório, na proposta de código, um percentual mínimo de aplicação dos governos em defesa civil. O senhor teria uma ideia do que seria interessante, uma proposta? O que o senhor acha da ideia? A Secretaria Nacional já teria um percentual a indicar como razoável em medidas preventivas e de proteção civil?

Uma outra pergunta, Secretário, é sobre o Centro de Gerenciamento de Risco de Desastres, que está sendo formatado. É exatamente o centro que tem sido discutido com a parceria do Ministério da Ciência e Tecnologia, onde o professor Carlos Nobre trabalha em conjunto com a Secretaria Nacional. É o mesmo projeto, não é isso?

O SR. HUMBERTO VIANA - Não. Na verdade, são projetos complementares. Eu acho que me antecipei. Não era para ter respondido agora. Desculpe-me, mas eu te respondo em seguida. São complementares.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - E, aí, uma pergunta que gostaríamos de fazer: na tragédia — não foi vivenciada uma tragédia, mas o que poderia ser uma tragédia — que foi o furacão Catarina, que passou pelo Estado de Santa Catarina, o INPE não aceitou ou não corroborou a informação que foi repassada pela Secretaria Estadual de Santa Catarina e pela coordenação local de defesa civil de que o furacão passaria por aquele espaço. Pelo sistema que está sendo montado por esse centro de coordenação, esse tipo de episódio vai poder ser minimizado? Nós vamos ter mais força com o plano que está sendo montado?

Uma outra pergunta, Sr. Humberto: quanto à situação de emergência e de calamidade, a retirada dos Estados desse processo. Eu acredito que a iniciativa tenha sido para tentar agilizar o procedimento, penso eu. Mas, pelo o que eu entendi, o que aconteceu foi exatamente o contrário, porque as forças da Defesa Civil nacional tem que ir ao Município e não têm essa possibilidade. Houve algum tipo de agilização, ou se, pelo contrário, houve um retrocesso? Para entendermos a formatação da divisão de responsabilidade do código.



Quero fazer mais um pedido ao senhor, já me desculpendo pela quantidade de perguntas, mas o Relator tem essa tarefa para poder adensar o material. Quero entender conceitualmente a diferença do que vai ser a plataforma brasileira em relação ao Sistema Nacional de Defesa Civil. Ou seja, o que é o sistema e o que vai ser a plataforma? Qual é a diferença entre esses dois institutos, esses dois organismos?

O Deputado Valtenir fez uma colocação específica sobre a LDO, sobre o Orçamento, para não permitir o contingenciamento dos recursos relacionados à prevenção. E, atendendo a uma demanda específica da equipe do Ministério, eu fiz a apresentação. Já tem uma assinatura de emenda, que vai ser apresentada quando o prazo for aberto, já está pronta, já está formatada, exatamente com o objetivo de garantir que os recursos relacionados à prevenção não sejam contingenciados. Isso, atendendo a uma demanda específica formatada pela Secretaria Nacional.

Deputado Valtenir, eu estava dizendo que, quanto aos recursos relacionados ao contingenciamento para prevenção e ações de defesa civil, até por uma demanda já da própria Secretaria Nacional, do Ministério da Integração Nacional, nós já preparamos uma emenda para, no momento de abertura de prazo, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ser apresentada, já estar pronta, exatamente com o mesmo objetivo apresentado por V.Exa. em sua fala.

A última pergunta, Secretário, é com relação ao Plano Nacional de Defesa Civil. Eu quero saber de quando é a última organização da Política Nacional. O que o senhor acha sobre o que temos hoje em relação à Política Nacional que é distribuída e que formata as ações do sistema? É preciso haver uma readequação dessa política, fomentada pelo próprio Ministério, ou será que o que já temos é suficiente? Não é preciso passar por uma alteração estrutural mais ampla neste exato momento? E o que a Defesa Civil, especificamente, pensa sobre o assunto?

Para encerrar agora de fato, eu não poderia deixar de abordar algumas colocações que foram feitas pelos Deputados do Rio de Janeiro, Deputado Adrian, Deputado Marcelo, que estava por aqui, pelo Dr. Aluizio. Porque, senão, eu não estarei sendo justo com as ações do Secretário Nacional, do Ministério da Integração, sobre ações na Região Serrana. E fica parecendo também que não chegou nenhum recurso à Região Serrana.



Também não estou querendo aqui dizer que muito mais ainda não precisa ser feito em um esforço coletivo. Mas na Região Serrana do Rio de Janeiro, em uma primeira medida, no atendimento imediato, o Ministério da Integração fez a liberação de 100 milhões de reais: 70 milhões de reais depositados na conta do Estado e 30 milhões de reais divididos entre os 7 Municípios em estado de calamidade pública; depois houve uma liberação de mais uma parcela de mais de 70 milhões de reais para a reconstrução de várias pontes e acessos nos Municípios que estavam prejudicados.

Depois tivemos também uma ação pessoal do Ministro da Integração Nacional para a recuperação econômica, que foi a liberação, através do Governo Federal, de 400 milhões de reais para a recomposição e o “respirar” econômico dos Municípios, através de recursos disponibilizados pelo BNDES. Boa parte desses recursos, mais de 290 milhões, já estão disponibilizados, e os que ainda não estão disponibilizados estão tramitando nos bancos. Mas 400 milhões de reais já estão disponibilizados, de fato; não é aqui um discurso.

Agora, claro, em uma região e em uma cidade — e aqui eu falo e corroboro o que foi dito pelo Deputado Adrian — com mais de 3 mil pontos de escorregamento, com 400 pontos catalogados, com mais de 200 áreas que precisam de algum tipo de intervenção já diagnosticada, ou de muro de contenção, ou de reflorestamento, de cortina, nós vamos ter muito trabalho ao longo dos anos. Agora foi anunciado (dia 2), inclusive com a presença do representante do Banco Mundial, em uma articulação também do Ministério da Integração — não poderia deixar aqui de registrar isso —, que o Banco Mundial está fazendo uma liberação de 600 milhões de reais, também pela recomposição e pela reconstrução dos Municípios da Região Serrana e de algumas outras regiões do Brasil.

Nós vamos ter muito o que fazer, a tarefa é grande, mas eu não poderia deixar de registrar essas ações e parabenizar o Secretário, Coronel Humberto, pela disponibilidade, pela simplicidade, pela facilidade de contato e pelas informações que temos obtido em todas as tarefas que esta Comissão tem desempenhado junto à Integração. Não poderia deixar também aqui, de público, de fazer este registro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada ao nosso Relator.



Quero só pedir ao nosso Secretário Humberto que fizesse um comentário sobre a seguinte questão: quando, naquela tragédia na Região Serrana, a imprensa brasileira, inclusive, colocava o momento que vivíamos na região, colocava também um acontecimento que, talvez, em muito maior grau, acontecia na Austrália. A imprensa mostrava, inclusive, como a Austrália fazia aquele enfrentamento; como conseguia, com tempo hábil — uma diferença de mais de duas horas — chegar até as pessoas, retirar todas as pessoas de onde o desastre aconteceria, inclusive retirando animais. Eles conseguiram salvar 100% das pessoas.

Então, eu gostaria que o Secretário comparasse um pouco essa situação do Brasil hoje, de como estamos preparados, com a situação da Austrália.

O SR. HUMBERTO VIANA - Vou tentar ser breve, em razão das inúmeras perguntas. Estou tentando me reencontrar aqui.

Primeiro, da fala do Deputado Adrian. Fico feliz porque, no que foi, me parece, o centro da sua fala, temos convergências de pensamentos e ideias. Isso é bom para nós. O senhor não tem vivência na área de defesa civil, mas certamente está vendo como nós, de certa forma, vemos isso. Portanto, é mais, mesmo, um agradecimento, porque se houvesse divergências nós estaríamos aqui para tentar responder-lhe dentro dos nossos limites.

Então, agradeço-lhe pelas convergências.

A pergunta do Deputado Marcelo Matos — acho que ele saiu no momento — é sobre o que estaríamos fazendo. Talvez eu tenha trocado a ordem dos nomes. A pergunta é sobre o que estaríamos fazendo para trabalhar o orçamento preventivo. De fato, existe uma questão muito antiga: a cultura de só trabalharmos para a emergência. E isso não foi construído nos últimos 5 anos.

Desde cedo fui envolvido com ações de defesa civil. Ainda como tenente, já trabalhávamos basicamente nos Corpos de Bombeiros do País só para dar resposta, porque não havia prevenção. Então, essa é uma cultura. E aí mais uma vez o papel de cada Parlamentar é importante, porque ele tem sua representação, sua base para conversar, e essa conversa seria no sentido de promovermos uma cultura de prevenção. E esse papel é importante.



O que nós estamos fazendo dentro do Ministério, dentro da Secretaria? Está havendo um esforço muito grande do Ministro Fernando Bezerra Coelho de promover a aplicação dos recursos, poucos ou não muitos, mais para a prevenção.

Existe esta informação, Deputado Relator, Presidente — e ela é importante — existe o entendimento técnico de que não pode haver orçamento estimado para desastre. Isso é algo técnico, isso é da burocracia da área do planejamento. E isso não é de agora; já existe desde há muitos anos. Por quê? Se formos analisar tecnicamente, há um certo sentido e, dizer que não se pode estimar quantas ocorrências haverá no País e qual o custo de cada uma delas. Isso é embasamento técnico de planejamento. Não podemos dizer que vamos ter, em 2012, tantas ocorrências e que o total delas dará aproximadamente tanto. Essa é uma dificuldade técnica e burocrática de se prever o custo de um acidente, por exemplo.

Eu não gosto muito de citar, mas cito a Região Serrana. É de uma dimensão imensa o custo daquilo! A recuperação da Região Serrana não se fará em um ano ou dois anos. Para algumas pessoas, ela durará para sempre. Então, é preciso compreender que esses acidentes trazem marcas definitivas inclusive para a geografia da cidade. Portanto, não é uma tarefa muito simples. E também nós não teríamos toda essa capacidade, Deputado, de prever o tamanho do acidente na Região Serrana. Portanto, há uma dificuldade de ordem técnica e burocrática para prever orçamento.

Outra observação do Deputado Marcelo que eu achei muito interessante — e já respondo a uma pergunta do Relator, Deputado Glauber — foi sobre se haveria alguma lacuna. O Deputado Marcelo perguntou — posso estar trocando os nomes e a ordem das perguntas, desculpem-me; mas tentei numerá-las aqui — sobre a criação das Secretarias Estaduais. Então, algum nome eu troquei. Certamente, é um grande avanço trabalhar na perspectiva de se ter uma estrutura que não possa responder diretamente à autoridade governamental sobre ações de defesa civil. Isso pode ser decisivo para salvar as pessoas, para melhorar a qualidade de vida, para atender à população.

Existe historicamente no País o que chamamos de Coordenadorias Estaduais de Defesa Civil. Alguns Estados avançaram. Brasília, Santa Catarina, o Rio de Janeiro têm um formato diferente. Mas a regra geral são coordenações estaduais.



Hoje, para a realidade existente no País com relação às mudanças climáticas, haverá ocorrências em tempos cada vez menores e com amplitudes cada vez maiores, infelizmente. Esses são dados da Fox. É o último estudo que eu li.

Nós deveremos ter problemas com as mudanças climáticas — mas todos nós somos responsáveis pelo nosso meio ambiente. Então, haverá uma diminuição de tempo entre grandes eventos, e a proporção deles tendem a ser maior.

Portanto, para enfrentar as situações, é preciso ter uma estrutura adequada no mínimo para que o Secretário da área possa ter condições de tratar diretamente com o seu Prefeito, como seu Governador — aqui eu trato direto com o Ministro —, para que possamos ter um caminho mais rápido, Deputada, para resolver questões. Da forma como está hoje, principalmente nos Estados, leva-se muito tempo e se perde um tempo grande para se ter uma resposta rápida para uma atuação às vezes simples, porque não há autonomia de coordenador para autorizar uma despesa e fazer um contato com outro órgão. Isso tudo acaba sendo limitado em razão de ser uma coordenadoria. Portanto, eu acho isso saudável.

Todos os temas que nós apresentamos aqui aos Srs. Deputados, naturalmente, são sugestões, e os senhores têm ampla competência para se debruçarem, analisarem e verificarem se devem ou não encaminhá-las. A participação foi muito mais no sentido de contribuir com o debate, oferecer sugestões, para que possamos ampliar a discussão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Secretário, só um pouquinho. Está havendo votação nominal, e eu quero pedir aos colegas que se revezem. Um grupo vai lá e volta; depois sai outro grupo.

O SR. HUMBERTO VIANA - Deputado, eu acho que eu o troquei aqui com o nobre Deputado Ademir Camilo, troquei a ordem — mas o senhor me entende, tenho certeza. Na verdade, parece-me que seria essa pauta agora do Deputado Dr. Aluizio, que fala em dimensionar as áreas de risco, cuidar da vida das pessoas. Evidentemente, e ainda também na lacuna do nosso Relator, a quem compete fazer levantamento de área de risco? Ora, quanto a essa tarefa, hoje não há condições de se fazer isso nos Municípios, porque ela requer equipamentos, toda uma infraestrutura. Às vezes, dependendo do modelo que se vai adotar, dimensionar e



mapear área de risco é tarefa que depende de aeronaves. Hoje se está usando muito o *laser* com helicóptero — e isso é caro.

Então, haveria que se tomar uma decisão de como o Estado pode ajudar, como a União pode ajudar. Mas também que o Município apresentasse qual a sua área de risco. Às vezes se tem a sensação, Deputado, de que é só dizer: *“Olha, eu tenho tantos pontos de risco.”* Mas tudo isso está longe, do ponto de vista técnico, de ser considerado cientificamente como área de risco. Área de risco envolve pontos georreferenciados, envolve população calculada, envolve evacuação, envolve capacidade geológica de absorção de água. Tudo isso são dados, e temos que ter equipamentos e gente para fazer isso. E não é simples unicamente o Município fazer isso. Alguns grandes Municípios do País certamente já têm isso. E conheço vários exemplos no País.

Aproveito para dizer aos senhores que nós temos boas experiências no País. Não pensem que tudo é tão ruim — não é. Temos boas experiências. O que precisamos é reaproximar Estados e Municípios, para que possamos ter uma linguagem parecida. E que o mais simples, que está lá no Norte, com tanta dificuldade, possa ter disponibilidade da mesma tecnologia de quem está mais para baixo e tem uma condição melhor.

Pergunta do Deputado Valtenir sobre não se contingenciar verbas de prevenção.

É fundamental. Não podemos viver sob a expectativa de contingenciamentos. Do jeito que o Prefeito lá na ponta se angustia, podem ter certeza de que o agente da defesa civil está tão angustiado quanto. Porque nós sabemos o que está passando.

É fundamental termos a perspectiva de tratar essas verbas aí fora, termos afastada a possibilidade do contingenciamento, porque senão ficamos muito presos a isso.

O Deputado Onofre — acho que estou com o nome certo, e me desculpem mais uma vez — fala da necessidade de criação das coordenadorias municipais.

Talvez esse seja um dos pontos mais importantes que os senhores devam trabalhar para que a gente crie mecanismo, através dos senhores. Obrigiar... Não sei se este seria o melhor termo, Deputado. Mas como é que resolvemos isso, já que



temos o pacto federativo, já que existe autonomia entre os Poderes? Como podemos tratar isso do ponto de vista legislativo? Certamente, sem que tenhamos regras nesse jogo, Deputado, fica muito difícil. É como o senhor disse na sua fala. Qual é o papel da Defesa Civil? V.Exa. perguntou isso. Sem regras, como vou exercer meu papel em um Município? Hoje não temos autonomia para determinar, nem para Estado nem para Município, absolutamente nada. Então, como trabalhamos? Sob forma de sistema. Aderem ao sistema o Estado e o Município. Mas não são obrigados a aderir. Então, como vou coordenar? É preciso que haja o entendimento com os Municípios e com os Estados de que precisamos estabelecer regras entre nós, ou, senão, vamos ficar voltando para o que V.Exa. disse: pega as imagens lá atrás, compara... Está respondido, não precisa vir.

Deputado Glauber, já respondi algumas coisas ao senhor sobre as lacunas.

Competências... Quando V.Exa. puxou o assunto das responsabilidades, o senhor me perguntou qual é a competência em que podemos nos basear para que se deem as responsabilidades. Veja bem, o conceito mais elementar de defesa civil, o mais antigo, é o de conjunto de ações que visam minimizar as ações de efeitos danosos à população de qualquer acidente. Esse é o conceito mais antigo de defesa civil. Se o senhor for pesquisar os conceitos atuais, isso se amplia para a questão da plataforma e da responsabilidade, que o senhor inclui nas suas perguntas. Portanto, compete ao Município a ação inicial de defesa civil, ou seja, o mínimo que ele possa fazer para livrar a população de sofrer qualquer evento danoso à sua vida. Em miúdos, o que é isso? Ele, por exemplo, vai exercer o que está lá no... Me foge sempre o nome. Sem ser o Estatuto das Cidades...

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Plano diretor.

O SR. HUMBERTO VIANA - Isso, plano diretor. Esse nome me foge há muitos anos. Não sei o que tenho com ele! (*Risos.*)

Então, se está lá dito que o Prefeito deve fazer um esforço para evitar que as populações ocupem áreas de risco, não dá para eu ficar aqui dizendo que isso vai acontecer porque não controlo, não tenho poder, não tenho pernas para ir lá ver e não tenho a competência de cobrar.

Dei exemplo de Município. Mas, se o senhor quiser, converso com o senhor depois para dizer das várias competências. Mas vou puxar uma para o Estado: cabe



ao Estado homologar decreto de situação de emergência ou estado de calamidade? Sobre isso há uma discussão imensa no meio da defesa civil. Se o senhor quiser a minha opinião, eu diria ao senhor que sim, o Estado tem que exercer esse papel de homologar isso. Depois do Município, quem entra na ação da defesa civil é o Estado. Porque, às vezes, ficamos querendo nos antecipar. Já recomendei algumas vezes à nossa equipe que não podemos nos antecipar.

Por exemplo, ontem choveu muito em Sergipe. Fui olhar os números que chegaram pela defesa civil do Estado e pelas informações meteorológicas. Naquele momento, eu não tinha nenhuma condição de orientar que se decretasse situação de emergência. Os números eram muito pequenos nos 10 Municípios que foram atingidos ontem. Então, sim, há a ansiedade de ajudar, porque eles estão nos ligando e dizendo que lá está se acabando tudo embaixo d'água. A gente fica ansioso também e aciona a defesa civil do Município. E a defesa civil do Município dá os números e sempre diz que está tudo bem, que dá para prosseguir.

Porque o Estado só vai se mobilizar se for provocado. Não posso dar esse salto e ir para o Município. Não devo, principalmente quando os números não forem seguros de que há evidência concreta de situação de emergência.

Ontem — nenhuma crítica — a imprensa cobrou por que não fizemos a decretação. Primeiro, não é competência da União decretar.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Você só homologa.

O SR. HUMBERTO VIANA - Isso, só homologamos. Se ele nos pedir um apoio para ver se há indícios, mandamos gente para lá no primeiro avião que houver. E, às vezes, como temos disponibilidade das aeronaves da Força Aérea, dependendo do caso... Vejam, em pouco menos de 24 horas fiz Acre, Amapá, Maranhão, Pará e Brasília. Em menos de 24 horas. Cansa-se o piloto, nos cansamos nós, mas tínhamos que chegar, porque o Estado pediu que fôssemos até lá. E temos que ir. Mas antecipar...

Então, a competência do Estado é regular essa relação entre o Município e nós, sem cortar a autonomia do Município de poder vir aqui e entregar projeto, pedir recurso. Absolutamente! Tem que vir. Mas que ele regule isso tecnicamente, para que possamos ter condição de ajudar. Porque, às vezes, quando vamos lá, Deputado, não há nada. Aí fica-se numa situação constrangedora, desagradável, ao



se dizer que, infelizmente, não se tem ali uma situação de emergência caracterizada.

Um dos senhores — confesso mais uma vez que escrevi isso muito aqui — fala de uma proposta orçamentária mínima. Se eu pudesse dar ao senhor números agora, eu certamente estaria arriscando errar ao dar números para uma proposta mínima. Mas me coloco à disposição da Comissão e de todos que estão aqui para fazer uma análise como a que o Deputado Ademir puxou, de 2003 — foi o primeiro exemplo —, quando se investia muito pouco em prevenção e muito mais em resposta. Isso evoluiu, teve muito dinheiro, mas os problemas acabam se repetindo. Então, esse estudo certamente pode contribuir para que encontremos um número mínimo ideal. Eu preferia não arriscar a dar um número, em razão de todos os dados que temos recebido ao longo dos anos. Mas, certamente, essa lógica tem que ser invertida.

Temos que ter a cultura de prevenção estimulada desde lá, na ponta, no núcleo municipal, NUDEC — Núcleo de Defesa Civil, desde lá no Município até aqui. Mas ainda temos resistências, e aqui dentro. Nós vamos dar respostas. Respostas, tudo bem; não vamos deixar de dar respostas nunca porque acidentes vão acontecer. Mas, se os acidentes vierem e a população estiver preparada, e se houver obra estruturadora para conter acidentes recorrentes que todo ano trazem mortes, claro está que vamos resolver boa parte dos problemas.

Visitei agora Alagoas e Pernambuco. Estou citando eles porque são o que há de mais recente. Estou indo para lá amanhã à noite. Em Alagoas está chovendo muito; em Sergipe está chovendo muito. Em Pernambuco diminuiu, mas também estou indo para lá. A região recorrente lá se chama Palmares e Mundaú, que é um rio que pega a divisa com Alagoas. Há ali em torno de 20 cidades. Toda precipitação pluviométrica acima da média acumula-se na cabeceira, e, quando as águas descem, levam cidade, escola... Então, qual a solução? qual a obra estruturadora? A de barragens. Tem que se fazer barragens para conter essa água e, depois, deixá-la para o sangramento. Tem que ser feito isso. Há quanto tempo isso acontece? Desde que eu era tenente já acontecia esse problema. Eu andava muito no interior; era meu trabalho fazer isso. Então, há solução. Vamos cuidar das obras preventivas; fazem-se duas ou três barragens e seguramos essa água. Agora mesmo, em Recife,



há 20 dias houve esses últimos acontecimentos. Há três barragens lá fundamentais: Carpina, Ipojuca e outra cujo nome me foge. Se não fossem essas barragens, Presidente, a gente teria cheia em Recife ou pior. As barragens têm capacidade para 80 milhões de metros cúbicos. Vejam como são as coisas: 80 milhões de metros cúbicos de água, e nunca foi usada toda a capacidade. O que é que acontece? Choveu demais?! atingiu-se os 80 milhões de metros cúbicos?! Aí, todo o mundo fica apavorado porque a barragem não foi testada com os 80 milhões. E aí? Os senhores devem ter acompanhado na imprensa. Aquelas notícias — infelizmente, pessoal, isso dói muito a quem faz Defesa Civil —, aquelas notícias que dizem que estourou a barragem, que está vindo água por aí que vai levar todo o mundo. Isso foi um pânico em Recife. Eu estava lá na hora; inclusive eu estava no centro de Recife, no Palácio do Governo. E fui ver o que estava acontecendo na rua. Soltaram essa informação. Não quero nem falar nesses tempos para trás aí, mas isso é terrorismo, gente! Isso aí é atentado contra a população! Foi gente largando carro na rua, correndo, pessoas sendo atropeladas por pessoas. Até o sistema de metrô parou por causa do boato. Foi preciso que o Governador fosse lá para afirmar que a responsabilidade era dele de dizer se ia ter ou não alguma coisa grave. Mas tem gente que, nessas horas, infelizmente, faz isso.

Esses limites fica difícil controlar. Como é que você vai controlar uma pessoa que quer fazer isso? Mas, se há uma estrutura na competência, que o senhor me pediu, do Estado, que dê a autonomia de coordenar e que a palavra final seja da Defesa Civil, informando a população... Porque eles, às vezes, também falham. Não têm a atitude, o gesto de ir lá, abrir um canal de TV e dizer: nós estamos falando em nome da Defesa Civil. E, se há risco, dizer: vamos fazer isso e isso. Vamos tratar dessa questão como uma verdade.

Sobre o furacão, eu passei... Eu estava no Espírito Santo, com muita chuva. E a gente vinha monitorando pelos nossos centros um furacão que estava no Atlântico, a uma distância razoavelmente grande. Mas, nas primeiras 24 horas, a gente tinha a preocupação de estar com os nossos olhos nos equipamentos, monitorando aquelas imagens que formam as equações e os modelos matemáticos indicativos de proximidade, de quantidade. E eles sempre, os institutos principais, avisando que tinham uma informação de baixa pressão, que é furacão, no Atlântico, na costa do



Espírito Santo e do Rio de Janeiro. Isso tem mais de mês. Claro que nós não vamos pegar uma informação dessas que ainda não está confirmada e liberar, porque você vai gerar pânico, e a responsabilidade é muito grande sobre isso. Nós seguramos as informações, porque não havia nenhuma informação dizendo ia acontecer isso na costa do Espírito Santo e do Rio de Janeiro. Eu informei isso ao Ministro. De repente, chega-nos uma ligação da Presidência, querendo uma informação mais segura. E eu voltei para os institutos. Fizemos novamente, rodamos o modelo matemático, e não havia indicativo. Isso foi numa sexta. Passamos sábado, domingo e segunda de plantão, porque havia muitos informes já divulgados por alguns institutos de que aquele furacão aconteceria na costa do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

Então, sobre esses acontecimentos, com os equipamentos que nós temos, hoje, da Secretaria Nacional, nós não temos condição de predição. Nós estamos comprando e adquirindo a tecnologia para ver se até — esta é uma previsão —, outubro ou novembro a gente esteja pronto para enfrentar o que o Deputado disse, ou seja, do seu temor de chegar dezembro e voltar a chover forte na região do Rio de Janeiro. E aí? Vai ter chuva na Região Serrana, ou não vai ter? A expectativa nossa é de que a gente possa disponibilizar esses equipamentos, para fazer alguma predição em outubro.

Isso tem possibilidade de ocorrer? Vamos ser reais: claro que tem! Vamos torcer para que não tenha. Mas é o poder da natureza. Nós não vamos dizer que nós vamos controlar isso. Agora, nós vamos estar mais preparados

Vamos ser reais, claro que tem! Vamos torcer para que não tenha, mas é o poder da natureza. E nós não vamos dizer que nós vamos controlar isso. Agora, nós vamos estar mais preparados, principalmente com a plataforma que nós vamos levar lá para Friburgo, para Teresópolis, para Petrópolis, e vamos mostrar os procedimentos que nós estamos recomendando. Não tenho competência ainda para dizer façam isso, façam aquilo. Mas espero ter essa competência para assumir a responsabilidade. É duro, porque, se nós errarmos, o preço quem vai pagar somos nós.

Mas precisamos fazer isso, Deputado.

Pergunta: a mudança da lei ajudou ou não?



Essa pergunta eu já toquei já aqui nas nossas palavras. Se os senhores forem ouvir quem trabalha com Defesa Civil no Brasil, verão que há uma maior quantidade de pessoas que dizem que não ajudou. E é uma tarefa dos senhores compreender, ouvir sugestões e criar uma proposta que atenda. Mas a maioria afirma que não ajudou a mudança da lei (Lei nº 12.340, de 11 de dezembro de 2010). Ela precisa ser revista para que a gente possa ter mais controle, para que a gente possa ter mais segurança. Então essa foi uma pergunta que o senhor fez: se houve alteração ou não.

O senhor também fez uma pergunta sobre qual a diferença, sobre plataforma e sistema. Qual é a diferença? Veja bem: a plataforma é um instrumento do sistema. São procedimentos que nós vamos criar para cada tipo de evento. Então, se há o evento deslizamento ou escorregamento de morro, qual é o melhor procedimento para conduzir aquilo quando o centro disser que vai ter aquele evento em determinada região? Quais são os procedimentos? Com o mapeamento da área de risco, então, um conjunto de ações — porque jamais serão ações isoladas; esse conjunto de ações vai rodar dentro de um computador, que vai dar modelos —, aí nós teremos uma plataforma que estabelece um padrão. Enxurrada. Como é que nós vamos proceder para o risco lá no Rio Grande do Sul de enxurrada, para o risco aqui no Norte? Então, como é que nós vamos proceder? A plataforma brasileira, baseada na plataforma global, tirou os ensinamentos. Vamos ver o que é aplicável. Isso deve estar pronto, como disse, em julho ou agosto. Nós temos que, depois de isso pronto, ir para os Municípios capacitar e preparar.

É uma tarefa longa, é uma tarefa cara, é uma tarefa que tem resistência. Às vezes, a gente oferece e alguém aparece para dizer: nós não precisamos. Até disso há um pouco. Mas nós dizemos: *“Nós queremos fazer uma capacitação aí. Arranjem uma sala”*. Nós levamos isso ao professor, e, às vezes, ele diz: *“Não, a gente está preparado.”*

E quanto o sistema? O sistema é a forma como a gente opera. Nós operamos sob forma de sistema, que é o sistema nacional. É o primeiro ente do tema Defesa Civil no Brasil. O primeiro item lá é um sistema. Nós temos o sistema. Tem uma política definida? Está longe, Deputado; isso está longe. Precisamos definir qual é a política nacional de Defesa Civil. Nós temos várias etapas. Isso aí é



culpa de “A” ou de “B”? Não é o momento de dizer. O momento é de fazer o que nós estamos a fazer, o que nós estamos precisando. Se o senhor perguntar se sabemos o de que precisamos. Sim, nós sabemos. E eu pergunto: os senhores sabem? Sabem também como legislar para fazer isso?

Vamos juntar tudo, e a gente dá as propostas. Aí os senhores decidem sobre o que se tem de fazer.

Então, por sistema é como nós funcionamos. No caso, o sistema nacional, em que o órgão executor do sistema é a Secretaria. A Secretaria Executiva do sistema nacional é a Secretaria Nacional de Proteção Civil, e há outros membros, alguns Ministérios. E eu não me lembro exatamente de quem me falava de ações nos Ministérios. Hoje há ações. Eu não sei se já disse isso; e, se disse, me desculpem. Foi o Deputado Stepan Nercessian, que estava aqui. Nós temos hoje 6 Ministérios que trabalham, Presidente, com o tema Defesa Civil. Essa descentralização, Deputado, tem que ser tratada pelos senhores. Nós temos hoje 6 Ministérios que trabalham com o tema Defesa Civil: Ministério da Defesa, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Cultura, Ministério da Integração, Ministério da Saúde. Digo que no Orçamento usa-se a expressão “defesa civil”. E isso, para nós, gera também uma dificuldade que precisa ser resolvida na hora de se fazer o Orçamento. Aqui o orçamento é da Defesa Civil. Então vamos botar isso lá na rubrica “Defesa Civil”.

Mas, aí, o que ocorre? Operação Serrana. Ainda não fui eu, dessa vez, que autorizei a mobilização do Exército. Mas é competência nossa. Alguém pediu isso aqui. E disse: vocês têm que coordenar. Está certo, está no escopo da nossa lei, hoje. Acontece, na prática, que há muita deficiência. Quem teria que ter autonomia e a competência para dizer “*mobilizem o Ministério da Saúde*” seria a Defesa Civil. Na prática, ainda é muito difícil de executar isso. Então, esses Ministérios todos têm um pedaço dentro da Defesa Civil. Eu não posso jamais não contar com o apoio das Forças Armadas na ocorrência de um acidente grave, porque elas têm capacidade de mobilização muito rápida, transporte, aeronaves. Já eu não tenho. Mas desde que tudo isso seja coordenado, porque senão ocorre o que ocorreu lá na Região Serrana. Houve momentos em que fiquei muito preocupado com a possibilidade de ocorrer um acidente aéreo. O controle aéreo era praticamente zero. Quem estava



tentando fazer controle do espaço aéreo era a Força Nacional. Mas não é competência da Força Nacional fazer controle de espaço aéreo. É da Aeronáutica. No cenário de desastre, havia 20 helicópteros, em meio a nuvens baixíssimas. O senhor sobrevoou, o senhor viu. Várias vezes, eu fiquei olhando e pensando: e se tiver um morro na frente?! Naturalmente, eles têm equipamento, têm a experiência como pilotos. Mas, várias vezes, eles tiveram que subir além do que poderiam para poder sair da área densamente com névoa e daí a gente poder enxergar para poder sair.

Então, esse controle existe e a coordenação existe. Então, é preciso que... O Ministério das Cidades vai fazer alguma obra na área de defesa civil? Claro que vai fazer. Nós não vamos assumir obras de outros Ministérios, mas as obras relativas e as ações relativas à defesa civil não podem ser descentralizadas. Na hora da execução, dificulta muito. A Presidenta pedia relatórios diários, Deputado. Ela esteve lá com o senhor. Pedia relatórios diários. Eu recebi, em Friburgo, ligação dela, em que reclamava que o relatório não estava bom porque faltavam dados. E, sobre os dados eu tenho que receber no meu papel de coordenar, eu tenho que consultar o MD, tenho que consultar o Prefeito, tenho que consultar o Corpo de Bombeiros. Se não houver esse entendimento, aquela reaproximação que eu citei ali, não vai funcionar. E para isso a gente precisa estabelecer regras. Vocês têm que fazer isso. E digo “vocês” assim, relacionando Estado, Município e União. Vocês têm que fazer isso, senão não vamos ter um dado concreto, um dado bom.

Tem aqui a consideração da Deputada Perpétua Almeida sobre o exemplo da Austrália, comparando-o com o Brasil. Nós estamos indo para Austrália, já informei os senhores, no dia 10, justamente porque eles deram também uma demonstração do que poderia ser um grande desastre e que acabou não sendo por lá. Mas como, do ponto de vista geográfico, há muita semelhança daquelas áreas com as do Brasil, nós achamos que deveríamos ir até lá. Conversamos com o Governo da Austrália e temos um programa de treinamento e um programa para absorver o que eles estão fazendo com relação a áreas de risco e de desastre. Mas o que eu queria era responder sobre isso em um outro momento, porque ainda não conheço a experiência deles.



Por fim... Eu tenho certeza de que me alonguei. As pessoas trabalham com um ponto na televisão para dar a cola. E estou recebendo uma cola aqui da minha chefe de gabinete — ela está me ajudando aqui —, que é uma das melhores especialistas que a gente tem em Defesa Civil aqui. Ela é Major do Corpo de Bombeiros. Está ali e gosta muito de ir para a ponta para trabalhar. Então, ela me deu uma cola aqui. Ela disse que eu já falei tudo. Portanto, não vou tomar mais o tempo dos senhores.

Por fim, queria agradecer a oportunidade de poder passar para os senhores a nossa experiência, como nós entendemos e pensamos e o de que precisamos dos senhores. Estamos à disposição. Qualquer um dos senhores que quiser conhecer a Defesa Civil, pode ir lá. Estamos todos os dias lá. Até as 9 horas, 10 horas da noite estamos lá, porque tem muita coisa acontecendo e precisamos trabalhar.

Portanto, fico muito feliz de ter vindo, Sr. Presidente e Sr. Relator.

Agradeço a oportunidade e me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - O Deputado Filipe deseja fazer uma indagação. Se V.Sa. concordar, Coronel, nós vamos ouvi-lo, por gentileza.

O SR. DEPUTADO FILIPE PEREIRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria aqui de cumprimentar a todos. Na verdade, eu não sou membro desta Comissão, mas, como Líder do meu partido, sou sempre convidado a participar das reuniões das Comissões Temporárias nesta Casa.

Quero dizer que, na minha última legislatura — estou no meu segundo mandato —, juntamente com meu amigo Ademir, tivemos a oportunidade de, dentro da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, pela primeira vez, iniciar este debate com relação a catástrofes e sobre a criação de uma Comissão de Defesa Civil.

Nesta Comissão, pudemos conhecer e aprofundar muito este assunto, em relação até mesmo à documentação, como V.Sa. colocou, se é melhor ou se é pior, e em relação também à capacitação: se a culpa é dos prefeitos, ou se é dos secretários municipais.

Dos 92 Municípios do meu Estado, eu trabalhei praticamente em uns 80. Eu trabalho muito sobre a questão do noroeste fluminense, que também foi muito



afetado. Fala-se muito aqui em relação à Região Serrana, cuja abordagem foi realmente muito grande e assustadora. Mas, naquele momento, quando eu estava chegando aqui — a gente teve problema também no Sul, em Minas Gerais e em tantos outros Estados —, vi que precisava fazer algo nesta Casa. Muita coisa tinha que mudar, a iniciar pela legislação.

Vejo que V.Sa. tem uma responsabilidade muito grande. Essa responsabilidade não é somente dos Deputados Federais; é de V.Sa. também e de todos os Ministros, inclusive no sentido de repassar para todos nós, Parlamentares, sugestões para as futuras legislações, como nós colocamos aqui, a exemplo dessas documentações que, na época, eram quase 20.

Vimos prefeitos que estavam assumindo naquele momento, prefeitos novos, que não tinham nenhuma experiência de administração. O que se dirá de seus secretários de defesa civil. Eles ficaram perdidos naquele momento, ao terem que levantar documentação, fotos, dados; trazer tudo isso para o Ministério; levantar a questão de calamidade pública, enquanto, na verdade, pessoas estavam morrendo. Então, o prefeito vai colocar o secretário dele para socorrer pessoas, para dar espaço ali, a fim de, no caso, abrir-se uma via terrestre para poder passar uma ambulância, ou vai colocá-lo para preparar a documentação, a fim de enviá-la à Defesa Civil Nacional?

Hoje, sem dúvida alguma, eu vejo que foi um avanço muito grande o resumo dessa documentação. Se eram 20; hoje são 4. Além do AVADAN, tem a questão do plano de trabalho, do ofício que pede dinheiro, do NOPRED. Isso tem ajudado muito. Na verdade, existe algum curso hoje para os secretários? A gente não pode jogar a responsabilidade somente sobre os Estados. A Defesa Civil Nacional hoje tem um curso de capacitação? A gente poderia criar, por exemplo, um projeto de lei dentro desta Casa, e não somente culpar os prefeitos. Por exemplo: será Secretário de Defesa Civil no Município aquela pessoa que tiver curso tal, preparada, no caso, para eventuais desastres. Esta seria talvez uma ideia, uma sugestão de projeto de lei, ao invés de se ficar criticando, dizendo que isso é culpa de “A” ou “B” ou incriminando, muitas das vezes, aquelas pessoas ou aqueles mandatários que, no início de seu mandato, por exemplo, como aconteceu na região noroeste do Estado... Em dezembro, antes de os prefeitos assumirem, os prefeitos novos, eles já



estavam administrando aquele problema. Imaginem como foi para as pessoas que não tinham capacitação! Eu vivi a dificuldade naquele momento; assisti de perto ao problema daquelas pessoas. Vi o centro da cidade com mais de metro e meio de água. Muito do que acontece vem dos rios federais, cuja responsabilidade é do Governo Federal — V.Sa. pode fazer esse levantamento —, como é o caso lá do noroeste. Nos 13 Municípios daquela região, os rios são federais. V.Sa. pode fazer esse mapeamento. Em de se ficar fazendo viagem internacional, tem que se conhecer melhor o Estado do Rio de Janeiro e o Brasil. O Brasil precisa disso.

Infelizmente, neste momento, estou participando de mais quatro Comissões. Eu gostaria muito de participar mais deste debate, pois é um tema que envolve sentimento e ações — ações rápidas. Por que estou dizendo isso? Porque vai voltar a acontecer. Tomara que não aconteça, mas eu já estou alertando aqui: deve acontecer novamente, e devido aos rios federais.

Naquela oportunidade, compus uma comitiva de Prefeitos para ir até o Ministro Geddel Vieira Lima, que nos recebeu muito bem. Mas essa questão burocrática é muito difícil. Hoje, vemos que toda a sociedade se mobiliza, o Presidente vai lá e autoriza a liberação de recursos, mas eles não saem, ou, quando saem, vão para o Estado. Quem aplica não é a Prefeitura. Diante de acontecimento, fala-se de algo imediato em relação a recursos, mas, na verdade, passa 1 ano, e nada acontece.

Temos um papel fundamental nesta Casa. É nosso dever não somente legislar, mas também fiscalizar. Tivemos um pouco de experiência na última legislatura, Deputado Ademir. Houve muitas sugestões, até mesmo a de criação de um fundo nacional que dava, de certa forma, um direcionamento emergencial para se resolver o problema dessas cidades.

Eu quero me colocar à disposição de todos os senhores. Acho que a capacitação, no momento, é questão prioritária. Nós devemos realmente preparar todos os Secretários do Brasil. Aqueles que não participassem de um curso que a Defesa Civil nacional poderia propor deixariam de ser Secretários. No futuro, se não estivessem presentes nesses seminários ou nesses cursos — não sei qual seria a carga horária —, seriam culpados. Na verdade, o que acontece é que muitas



peessoas, muitas vítimas hoje não sabem a quem culpar. Então, precisamos considerar essa organização, levar em conta realmente muitas das prioridades.

Eu acompanhei de perto a questão da Região Serrana. Não podemos ficar aqui somente olhando para isso ou observando quando algo acontece: *“Aconteceu no Município tal, na cidade tal, no Estado tal. Vamos lá ver o que é”*. Não. Esse estudo tem que ser nacional.

Esta Comissão está de parabéns. Está trabalhando de forma consciente, está visitando realmente vários Estados, conscientizando. Mas temos que conscientizar, acima de tudo, os que estão na ponta e saber da responsabilidade que o Governo Federal tem com relação também a esses Municípios. O envolvimento dos Municípios com o Governo Estadual e com o Governo Federal é essencial para que tenhamos êxito no futuro. Que esse futuro seja o mais breve possível, porque essa questão diz respeito a vidas.

Provavelmente V.Sa. sabe do tamanho e do significado da sua missão. V.Sa. também tem a oportunidade de expor a todos os membros desta Comissão, desta Casa a forma com que podemos trabalhar, até porque tem experiência muito maior do que a dos 513 Parlamentares desta Câmara. Então, valha-se destas pessoas que estão aqui. Nós queremos participar. Nós queremos dar sugestões. Nós estamos aqui para legislar, e também para colocar o nosso mandato à disposição de todos os senhores. Por meio do diálogo, não somente por meio da cobrança, nós vamos, sim, construir, com exemplos positivos de Municípios, de Estados ou até de outros países, um futuro realmente mais seguro para todas essas pessoas que hoje se encontram em áreas de risco.

Muito obrigado pela participação.

O SR. HUMBERTO VIANA - Muito obrigado, Deputado.

Respondendo um questionamento que o senhor fez, digo que nós estamos preparados, na Defesa Civil nacional, para apresentar o que julgamos hoje internamente importante e que pode ser colocado à disposição dos Srs. Deputados.

Relativamente à união de todos nós, não sei se o senhor percebeu, nas nossas transparências nós proclamamos isto: reaproximação entre Estados, Municípios e a União. Está aí, na sua mão. Portanto, o senhor corrobora o nosso pensamento. Eu fico feliz. Espero que esse entusiasmo possa alcançar todos os



senhores. Tenho a responsabilidade de conduzir a Defesa Civil, a proteção civil no Brasil, e os senhores têm a grande oportunidade de criar os mecanismos para que possamos fazer um trabalho melhor. É uma via que tem várias mãos, para todos os lados. Nós precisamos nos unir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Nós agradecemos ao Coronel a presença.

Quero reforçar o meu ponto de vista: é de suma importância a criação das defesas civis municipais.

Agradeço também à sua Chefe de Gabinete, a Major, que, na próxima promoção, provavelmente irá a tenente-coronel.

Queremos agradecer a V.Sa. sua lucidez. Nós trazemos até aqui técnicos, autoridades do Governo, e é muita conversa, nada de concreto. V.Sa., de forma simples, explicou tudo o que desejávamos saber. Por isso, queremos agradecer a V.Sa., cumprimentá-lo e dizer ao Deputado Filipe que deve vir para esta Comissão, porque vejo que tem bastante conhecimento, como os demais Deputados.

Agradecemos, sinceramente, ao Coronel a disposição.

Colocamos esta Comissão e a Câmara dos Deputados à disposição da Defesa Civil. Sem dúvida, queremos ser parceiros e ajudar a minimizar o sofrimento de nossos irmãos brasileiros.

Vou encerrar esta primeira parte, porque já foi iniciada a Ordem do Dia no plenário da Casa.

Mais uma vez eu lhe agradeço, Coronel. Muito obrigado.

Os Srs. Deputados, por gentileza, devem ir ao plenário votar. Já foi iniciada a Ordem do Dia.

Agradecemos a todos a presença.

Na próxima reunião, vamos ouvir também a opinião dos técnicos que aí estão. Está encerrada a presente reunião.